



Bioética em destaque

As jornadas de Bioética do Conselho foram retomadas, agora com participação da AMP para debater temas éticos e médicos. Em Curitiba, "O direito de morrer do paciente terminal" foi assunto em destaque do Simpósio de Bioética promovido pela Associação Médica Espírita do Paraná (foto).
Páginas 6 e 7



J O R N A L D O

CRM PR

Órgão Informativo do
Conselho
Regional de Medicina
do Paraná

Ano VIII • N.º 62
Março e Abril / 2004

www.crmpr.org.br
e-mail: jornal@crmpr.org.br

IMPRESSO
ESPECIAL

3600137001/2001-DR/PR
CRM/PR

---CORREIOS---

Simpósio reúne acadêmicos para debater ensino e ética

Conselho agiliza programa de descentralização

O CRM vai inaugurar a Regional de Rio Negro, que consolida com o Cremesc a parceria das Delegacias de Fronteira. Para aumentar sua representatividade e descentralização, o Conselho deve contar este ano com mais duas Regionais. Confira ainda entrevistas dos presidentes das Regionais de Campo Mourão e Maringá.
Pág. 8, 9 e 10

Classificação é o instrumento normatizador

A Resolução 129/04 do CRM-PR adota a Classificação como referencial de honorários de atos médicos.
Pág. 15 e 16

Reunidos na Sede do CRM, integrantes da Comissão de Ensino Médico e dos Centros Acadêmicos das escolas médicas do PR debateram temas para o Simpósio de características inéditas e que vai ocorrer no final de maio.



Ameaça que ronda a Medicina

A mercantilização da Medicina apresenta-se como sério risco aos ditames éticos da profissão. O alerta é do conselheiro Alexandre Gustavo Bley, que faz uma análise do Código de Ética e a realidade vivenciada pelos profissionais, sob a pressão de interesses econômicos. Em seu editorial, o presidente do CRM, Donizetti Giamberardino Filho, também aborda a preocupante questão da "Medicina como negócio".
Páginas 2 e 14

A Comissão de Ensino Médico do Conselho Regional de Medicina vai promover nos dias 28 e 29 de maio um seminário de integração com acadêmicos das sete escolas médicas paranaenses. Estarão em debate questões como qualidade da formação, ética médica, perspectivas e valorização profissional. O programa, em fase de elaboração, será cumprido na "Casa do Médico" – a nova sede do Conselho em Curitiba. As videoconferências estão sendo retomadas, com ênfase para os eventos de telepatologia. Em junho, o novo espaço científico-cultural vai abrigar um grande evento médico-jurídico, com participação de palestrante de renome nacional.
Pág. 11 e 12

“A medicina como negócio”

O exercício da medicina durante séculos caracterizou-se por sua visão comunitária, dedicação ao próximo, conhecimento e liderança. A conquista deste respeito profissional foi possível através do comportamento exemplar dos médicos, valorizando a vida, amenizando sofrimentos e consolando os familiares. Em nenhum momento da história da nossa profissão o acúmulo de riquezas foi valorizado.

O Código de Ética Médica, em seu artigo 9.º, enuncia o seguinte texto: “A medicina não pode, em qualquer circunstância ou sob qualquer forma, ser exercida como comércio”. A Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 196 postula que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

Mas em nosso país, muitas vezes o que está escrito não acontece. Criou-se o Sistema Único de Saúde, muito bem-elaborado, mas ainda um programa em construção, que nasceu não sendo único, sendo exemplo o fato de os próprios servidores públicos possuírem programas de assistência médica distintos. Além disso, os recursos disponibilizados nos orçamentos públicos são insuficientes para a cobertura prevista em lei. Não bastando esta enorme dificuldade, estes orçamentos não são executados, sendo o nosso estado do Paraná campeão nesta performance.

Falando ainda do Sistema Público de Saúde, devemos citar o Programa de Médico de Família como adequada proposta. Contudo, a sua implantação não é acompanhada de um modelo de valorização de recursos humanos, como a criação de uma carreira para médicos e outros profissionais, incentivando sua fixação no

interior do país.

Desta forma, ponderamos que a ineficiência de um sistema público de saúde cria condições para um sistema suplementar - de natureza privada - se estabelecer. Esta situação acaba sendo de interesse do governo, que transfere ao setor privado responsabilidades de segmentos da população que optaram pelo sistema de saúde suplementar, de uma voluntariedade relativa.

A saúde de uma nação é um bem público e de responsabilidade do governo. A transferência de responsabilidade ao setor privado, transforma-o em cessionário de um serviço público - a saúde. O que ratifica esta posição é o governo criar uma agência nacional de regulação do sistema suplementar, a ANS. É nosso entendimento que estes fatos fazem o Estado ser corresponsável nas ações de operadoras registradas na ANS.

O sistema de saúde suplementar é regulado pela ANS, que controla os valores das mensalidades de usuários de plano familiar, mas permite a lógica de mercado aos demais planos empresariais. Por sua vez, as operadoras de saúde ajustam seus resultados, mas sem reajustar o trabalho médico nos últimos anos, aviltando a dignidade e a valorização da remuneração.

A medicina não é atividade comercial e, quem a exerce, deve receber uma remuneração digna

e compatível com sua função. O trabalho médico não deve obedecer a cruel lógica de mercado, a de melhor qualidade pelo menor preço. No sistema privado, quem deve remunerar o médico é seu paciente, pois ele sempre será o principal avaliador do tratamento que recebeu. Este fato aproxima a relação e corrige desvios. Não podemos acreditar que a milenar relação médico-paciente necessita de intermediários ou despachantes. (Aliás, em seu artigo 10.º, o Código de Ética Médica expressa que “o trabalho do médico não pode ser explorado por terceiros com objetivos de lucro, finalidade política ou religiosa.”)

O médico não pode permitir interferência em uma relação de confiança entre pessoas, na sua relação com seus pacientes. Aos administradores cabe exercer o seu papel, de racionalizar os valores dos insumos da tecnologia disponível e se relacionar com os clientes das operadoras de saúde em questões de custo operacional.

As entidades médicas defendem a proposta de remuneração representada pela CBHPM. Qualquer situação diferente de sua aceitação, os médicos devem discutir a desvinculação dos honorários médicos como proposta. Os médicos têm capacidade e direito de definir o valor de seu trabalho.

Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho,
Presidente do CRM-PR

Cadastramento de e-mails de médicos

O Conselho Regional de Medicina do Paraná criou endereço eletrônico para que os médicos façam o seu cadastramento e sejam beneficiados pela agilidade das informações úteis à atividade profissional. O mailing eletrônico será restrito à esfera do CRM e objetiva estreitar a relação com os médicos inscritos. Envie e-mail para correio@crmpr.org.br com seu nome e número do CRM. O endereço no correio virtual estará disponível de imediato em sua ficha cadastral.

expediente

CRM PR

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Conselho Editorial

Donizetti Dimer Giamberardino Filho (coordenador), Luiz Sallim Emed, Gerson Zafalon Martins, Ehrenfried Othmar Wittig, João Manuel Cardoso Martins e Hernani Vieira

Diretoria

Presidente: Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho / **Vice-Presidente:** Cons. Helcio Bertolozzi Soares / **1.ª Secretária:** Cons. Raquela Rotta Burkiewicz / **2.ª Secretária:** Cons. Mauri Jose Piazza / **Tesoureiro:** Cons. Gerson Zafalon Martins / **Tesoureiro-Adjunto:** Cons. Roberto Bastos da Serra Freire **Corregedor:** Cons. Carlos Roberto Goytacaz Rocha **Corregedor-Adjunto:** Cons. Luiz Sallim Emed.

Conselheiros

Alexandre Gustavo Bley, Antonio Techy, Carlos Edmundo Rodrigues Fontes, Carlos Ehlke Braga Filho, Carlos Puppi Busetti Mori, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Célia Inês Burgardt, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Edgard Luiz Westphalen, Ewolda Von Rosen Seeling Stahlke, Fernando Meyer, Gerson Zafalon Martins, Helcio Bertolozzi Soares, Helio Delle Donne Junior, Joachim Graf, José Luis de Oliveira Camargo, Kemel Jorge Chammas, Lucia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Melo Costa, Luiz Ernesto Pujol, Luiz Sallim Emed, Marcelo da Silva Kaminski, Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa, Marcos Flavio Gomes Montenegro, Marília Cristina Milano Campos, Mario Stival, Marta Vaz Dias de Souza Boger, Mauri Jose Piazza, Mauricio Marcondes Ribas, Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, Monica de Biase Wright Kastrup, Paulo Roberto Mussi, Raquela Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Romeu Bertol, Roseni Teresinha Florencio, Sergio Maciel Molteni, Sergio Ossamu Ioshii, Wadir Rupollo, Wanderley Silva, Wilmar Mendonça Guimarães e Zacarias Alves de Souza Filho.

Membros Natos

Dr. Duitlon de Paola, Dr. Farid Sabbag, Dr. Luiz Carlos Sobania, Dr. Wadir Rupollo e Luiz Sallim Emed

Consultor Jurídico: Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque

Assessores Jurídicos: Afonso Proença Branco Filho e Martim Afonso Palma

Sede - Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá

Rua Victorio Viezzer, 84, bairro Vista Alegre / 80810-340 - Curitiba - PR / Fone: (0xx41) 240-4000 / Fax: (0xx41) 240-4001 - e-mail: crmpr@crmpr.org.br

- Delegacia Regional de Apucarana

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 510 - sala 502 / Edifício Palácio do Comércio - Centro / 86800-720 - Apucarana-PR / Fone: (0xx43) 424-1417 / e-mail: apcrmpr@onda.com.br

Presidente: Dr. José Marcos Lavrador

- Delegacia Regional de Campo Mourão

Av. Capitão Índio Bandeira, 1400 sala 412 - Centro / 87300-000 - Campo Mourão-PR / Fone/fax: (0xx44) 525-1048 / e-mail: cmcrmpr@onda.com.br

Presidente: Dr. Antonio Carlos Cardoso

- Delegacia Regional de Cascavel

Rua Senador Souza Naves, 3983 - sala 705 / Edifício Comercial Lince - Centro / 85801-250 - Cascavel- PR / Fone/fax: (0xx45) 222-2263 / cvcrmpr@onda.com.br

Presidente: Dr. Keith de Jesus Fontes

- Delegacia Regional de Foz do Iguaçu

Rua Almirante Barroso, 1293 - sala 604/ Cond. Centro Empr. Pedro Basso / 85851-010 - Foz do Iguaçu - PR / Fone/fax: (0xx45) 572-4770 / ficrmp@onda.com.br

Presidente: Dr. Isidoro Antonio Villamayor Alvarez

- Delegacia Regional de Guarapuava

Rua Barão do Rio Branco, 779, sala 07 - Centro / 85.010-040 - Guarapuava-PR / Fone/fax: (0xx42) 623-7699 / gpcrmp@onda.com.br

Presidente: Dr. Wagner Novaes Carneiro

- Delegacia Regional de Londrina

Av. Higienópolis, 32 sala 1403 / Cond. Empr. Newton Camara/ 86020-040 - Londrina-PR / Fone: (0xx43) 3321-4961 / Fax: 3339-5347 / ldcrmp@onda.com.br

Presidente: Dr. Marcos Menezes Freitas de Campos

- Delegacia Regional de Maringá

Ruas das Azaleias, 209 / 87060-040 - Maringá- PR / Fone/fax: (0xx44) 224-4329 / e-mail: mgcrmp@onda.com.br

Presidente: Dr. Mário Massaru Miyazato

- Delegacia Regional de Pato Branco

Rua Ibipora, 333, sala 401 - Centro / 85501-280 / Fone/fax: (0xx46) 225-4352 / e-mail: pbcrmp@onda.com.br

Presidente: Dr. Paulo de Tarso Fernandes Furtado

- Delegacia Regional de Ponta Grossa

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR / Fone/fax: (0xx42) 224-5292 / pgcrmp@onda.com.br

Presidente: Dr. Luiz Jacinto Siqueira

- Delegacia Regional de Toledo

Rua Santos Dumont, 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (0xx45) 252-3174 / e-mail: tdcrmp@onda.com.br

Presidente: Dr. Eduardo Gomes

- Delegacia Regional de Umuarama

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício Cemed - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (0xx44) 622-1160 / e-mail: umcrmp@onda.com.br

Presidente: Dr. João Jorge Helli

- Delegacia Regional de Fronteira de Porto União/União da Vitória

Rua Prudente De Moraes, 300 - 89400-000 - Porto União-SC

Fone: (0xx42) 523-1844 - Fax: (0xx42)522-0936

Delegado Regional do Cremesc: Dr. Ayrton Rodrigues Martins

Jornalista responsável: Hernani Vieira - Mtb 993/06/98V-PR / **Assistentes editoriais:** Priscila P. J. Naufel / **Fotos:** Joel Cerizza e Miro Matiak / **Editoração:** Upper Comunicação (0xx41) 252-0674 / **Fotolito e Impressão:** Serzegrif / **Tiragem:** 16.200 exemplares.

Limite de teto financeiro no SUS expõe médico a situações de risco

Por decisão administrativa da Secretaria Estadual de Saúde, a partir de 1.º de abril passou a vigor novos limites financeiros aos municípios e aos prestadores de serviços ao SUS, tendo como parâmetros a média calculada sobre os sete primeiros meses do ano passado. A medida alcança todos os 386 municípios em regime de gestão simplificada e que recebem os recursos diretamente do gestor estadual. Em comunicado repassado às Regionais de Saúde, o gestor assevera que a produção de procedimentos que extrapolarem o teto financeiro não serão computados para pagamento, como o que transfere este ônus e sua gerência ao prestador/município.

“Esta notícia nos causa muita preocupação por suas consequências, principalmente por atingir a população de maior vulnerabilidade e com inevitável surgimento de conflitos em atendimentos médicos, onde o paciente poderá ter seu acesso dificultado e o médico exposto a situações de risco profissional”. A análise é o presidente do CRM-PR, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, que ainda na primeira quinzena de abril participou de reunião na Secretaria de Saúde, ao lado de representantes de outras instituições médico-hospitalares, como AMP, Femipa e Fehospar.

A repercussão da medida entre os municípios e prestadores foi imediata, diante das perspectivas sombrias do que pode ocorrer. Atualmente, o gestor estadual vem recebendo cerca de R\$ 26 milhões/mês do Ministério da Saúde para cobrir os gastos de AIHs. O montante já era insuficiente, como demonstram as

dívidas acumuladas em decorrência da extrapolação do teto, de quase R\$ 2 milhões/mês. Ao promover o limite baseado nas contas de 2003, o Estado projeta estancar os excessos e reunir recursos para suprir os valores represados. Na concepção dos dirigentes hospitalares, já há uma demanda reprimida e a tendência é de que número crescente de pacientes tenham dificuldades de acesso a serviços que não de urgência e emergência.

A Secretaria Estadual de Saúde abriu um canal de negociação com os prestadores de serviços, para analisar distorções que comprometem a assistência da população. Contudo, ao final do mês de abril, a rede conveniada de serviços ao SUS detectou em grande parte dos municípios que os tetos fixados já estavam sendo ultrapassados mesmo sem a apresentação de contas relativas a serviços prestados nos períodos anteriores e ainda não processados. Municípios de grande den-

sidade da região metropolitana, como Colombo, e outros como Ponta Grossa, Cascavel e Jandaia do Sul, apontaram a impossibilidade de cumprir a determinação sem incorrer em restrições na assistência. Com isso, representantes da rede hospitalar cobraram do gestor estadual para que venha a público assumir a responsabilidade pela extensão da medida e que, ainda, cumpra o papel constitucional que lhe cabe no financiamento do sistema de saúde. Ao mesmo tempo, oficiaram ao Ministério Público sobre os acontecimentos.



Donizetti Giamberardino Filho.

Médico deve ficar atento

Diante dos desdobramentos que a decisão do gestor estadual acarreta, o Conselho de Medicina faz as seguintes recomendações aos médicos paranaenses:

- » Os pacientes em situação de urgência/emergência devem ter seu atendimento assegurado, independente da fonte pagadora.
- » Os diretores das Regionais de Saúde devem ser acionados para agilizar eventuais necessidades de transferência de pacientes, principalmente em situações de risco de vida, com necessidade de UTI.
- » As situações onde não existam condições adequadas para o exercício da medicina com segurança aos pacientes devem ser denunciadas ao CRM.
- » Os médicos devem ter o zelo e cautela para que as situações de risco ao paciente sejam minimizadas e eventuais desajustes venham a ser imputados à postura profissional do médico.

No final de abril, o Ministério Público expediu recomendação administrativa ao secretário de Saúde, Cláudio Xavier, para que “proveja, ou se for o caso, se abstenha, no sentido de não

causar com a gestão qualquer forma de exclusão de atendimento à saúde (qualitativa ou quantitativa no Paraná, em face da população usuária do SUS”. O prazo de ajuste é 15 dias.

Projeto pode reforçar orçamento para saúde

Representantes do Conselho Regional de Medicina do Paraná estiveram em visita a parlamentares na Assembleia Legislativa, no dia 27 de abril, para expressar apoio e requerer agilidade em projetos de lei pertinentes ao setor de saúde e que são relevantes à população. No período da manhã, o presidente Donizetti Giamberardino Filho e o tesoureiro Gerson Zafalon reuniram-se com o presidente da AL, deputado Hermas Brandão. Mereceu destaque a análise das propostas que tratam do orçamento da saúde e de fixação de requisitos para criação e funcionamento de escolas de medicina e, também, abertura de novas vagas. O presidente da Casa enalteceu a cooperação que vem sendo dada pelo CRM e programou uma nova reunião.

No período da tarde, os conselheiros Gerson Zafalon e Luiz Sallim Emed, que participam da Comissão de Acompanhamento ao Orçamento Financeiro (CAOF), do Conselho Estadual de Saúde, foram à Assembleia para emprestar apoio ao projeto dos deputados Luciano Ducci e André Vargas, que visa regulamentar os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e também definir quais as ações e serviços de saúde pública que devem ser contemplados no orçamento. A proposta, que está adequada à EC 29 e a exigência de o Estado investir na saúde o mínimo 12% do seu orçamento anual, acabou sendo levada à votação naquela data e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. O projeto de lei n.º 106/03 segue o trâmite normal e é preciso que a classe médica e a sociedade de modo geral estejam mobilizadas para que o setor de saúde tenham assegurados os recursos que lhe são assegurados constitucionalmente. Estimativas dos parlamentares autores da proposta é de que, este ano, cerca de R\$ 120 milhões estão sendo retirados de ações efetivas de saúde. O montante, argumentam, traria maior tranquilidade à área assistencial, ajudando a contornar inclusive o impasse decorrente da limitação do teto financeiro para os municípios.

Células-tronco, tema de concurso de monografia

“Células-Tronco e a Ética” será o tema deste ano do Prêmio Monografia de Ética Médica, do Conselho Regional de Medicina Paraná, que se encontra em sua 15.ª edição. O concurso é aberto a todos os brasileiros, independente da formação ou profissão, e os trabalhos deverão ser encaminhados ao CRM até 2 de agosto. A comissão julgadora, formada por três integrantes da Academia Paranaense de Medicina, indicará as monografias vencedoras do certame ou merecedoras de menção honrosa. A premiação, como tem sido tradição, ocorrerá durante os festejos do Dia do Médico. As obras selecionadas serão publicadas na Revista Arquivos e seus autores receberão certificado pela contribuição à atividade médica e prêmio em dinheiro.

O Prêmio Monografia de Ética Médica foi instituído pelo CRM-PR, através da resolução n.º 21/87, de 6 de julho de 1987, com o primeiro concurso e premiação ocorrendo já no ano seguinte, com abordagem do tema “Esterilização”. Somente nos anos de 1990 e 1991 o certame deixou de ser realizado. Este ano, o autor da monografia escolhida em 1.º lugar receberá R\$ 2 mil em dinheiro, cabendo R\$ 1 mil ao segundo colocado. As monografias devem ser encaminhadas à sede administrativa do CRM-PR. Os trabalhos devem ser digitados (Arial 12) em espaço duplo de um único lado de folha tamanho ofício, com mínimo de 20 e máximo de 30 laudas, em três vias, podendo conter material ilustrativo. A parte externa do envelope que abrigará o material deve conter somente o título do trabalho e pseudônimo do autor, além da inscrição “Prêmio Monografia de Ética Médica”.

O material deverá estar acompanhado de envelope menor, não transparente, contendo em seu interior nome completo, endereço, telefone e qualificação profissional do autor e disquete com o trabalho gravado.

O regulamento encontra-se, na íntegra, no site do Conselho. Informações complementares podem ser obtidas pelos telefones (0xx41) 240-4000/240-4033 / 240-4022, fax (0xx41) 240-4061 ou ainda pelos e-mails diretoria@crmpr.org.br ou jornal@crmpr.org.br.

Os temas já abordados no concurso:

- » “Esterilização” - 1988
- » “A Ética e a greve no setor de saúde” - 1989
- » “O Meio Ambiente e a Ética Médica” - 1992
- » “A Importância do Relacionamento Médico-Paciente” - 1993
- » “A Ética e os Planos de Saúde” - 1994
- » “Erro Médico e Condições de Trabalho Médico” - 1995
- » “A Ética e as Condições do Trabalho Médico” - 1996
- » “Manipulação Genética e a Ética Médica” - 1997
- » “O Futuro do Médico, sua Autonomia, seus Direitos e Limites” - 1998
- » “Aborto – Direito da Mulher?” - 1999
- » “As Implicações Éticas da Manipulação Genética em Seres Humanos” - 2000
- » “Doente Crônico e/ou Terminal: Autonomia do Paciente X Autonomia do Médico” - 2001
- » “O Ensino da Medicina e a Formação Humanista” - 2002
- » “O médico na moderna sociedade do Século XXI” - 2003
- » “Células-Tronco e a Ética” - 2004

Associação das Mulheres Médicas renova diretoria

Criada há mais de 40 anos, a Associação das Mulheres Médicas do Paraná consolidou-se como entidade representativa em busca de cooperação mútua e reforço constante na qualificação profissional. A nova diretoria da AMMP tomou posse no dia 25 de março. Na oportunidade, a ginecologista e obstetra Carmen Letícia de Azevedo foi eleita presidente da entidade, recebendo o cargo da pediatra Ilvia Tristão. A Dra. Wilma Brunetti, também com atuação em ginecologia e obstetrícia, assumiu a vice-presidência.

De acordo com a nova presidente da Associação, a proposta para o biênio 2004-2005 é trabalhar em prol do bem-estar das mulheres médicas e também da comunidade, como incremento de eventos sociais, culturais e científicos. “O papel de nossa associação se divide em duas partes. O primeiro é fazer a integração entre as médicas, procurando levar às mesmas eventos em que possam se aprimorar intelectualmente, dentro e fora da sua profissão. O segundo seria ajudar à comunidade através de palestras, ações conjuntas com outras instituições, procurando levar soluções e programas interessantes de serem desenvolvidos pela mesma”, afirma a Dra. Carmen de Azevedo.

A proximidade das médicas associadas não se limita apenas ao exercício da profissão, complementa a presidente, ressaltando que “é a troca de experiências que ajuda a associação a cumprir seu papel de abrir caminho da mulher como profis-



Integrantes da nova diretoria da Associação das Mulheres Médicas. Ao centro, a presidente Carmen de Azevedo, a vice Willma Brunetti e a ex-presidente Ilvia Tristão.

sional da Medicina”. E prossegue: “A vontade de fazer algo diferente da profissão e de colaborar para uma sociedade melhor são aspectos motivadores de norteia nossa associação”.

Além de reuniões e encontros voltados à reciclagem médica, a AMMP propõe acesso a cursos paralelos ao desempenho profissional, como de fotografia, ikebana e culinária especial. A análise de filmes da atualidade tem sido outra atividade a estreitar o convívio das médicas, possibilitando debater dilemas do cotidiano profissional e social. “Para a comunidade temos em andamento cursos de aprimoramento profissional, seguindo o exemplo do curso de secretárias, que foi um sucesso na gestão anterior e que continuará este ano”, relata a presidente. Em maio, a Associação inicia um curso de reciclagem para profissionais, com trabalho junto aos clubes sociais para levar informações médicas sobre temas de maior interesse da atualidade.

História

A Associação das Mulheres Médicas do Paraná foi criada em 1960, mesmo ano em que foi

implantada a primeira sede da entidade no Rio de Janeiro (em 16 de novembro). Hoje já existem nove instituições espalhadas pelo país. Além do Rio de Janeiro e Paraná, também têm as suas unidades os estados do Amazonas, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Minas Geras, São Paulo e Santa Catarina, que acaba de inaugurar a sua sede em Blumenau. A paranaense reúne mais de 300 associadas, sendo a maioria delas com atuação em Curitiba, congregando as mais diferentes especialidades. Contudo, a maior prevalência é de médicas com atuação em ginecologia e pediatria.

Saiba mais sobre as atividades da Associação fazendo contato pelo telefone (0xx41) 264-2775. A sede em Curitiba fica na Rua Marechal Deodoro, 1439.

Homenagem às Mães

Ao congratular-se com a ascensão da nova diretoria da Associação das Mulheres Médicas, os conselheiros do Conselho Regional de Medicina do Paraná estendem a homenagem a todas as mães, que têm a sua data festiva no segundo domingo de maio.

Sociedade de Pediatria lança selo comemorativo de seus 70 anos



Como parte dos festejos de seus 70 anos de fundação, a Sociedade Paranaense de Pediatria teve empossada a diretoria eleita para o triênio 2004/2007. O jantar de confraternização, realizado em 19 de março, na Sociedade Concórdia, em Curitiba, também marcou o lançamento do selo institucional comemorativo da SPP, uma das sociedades da especialidade mais antigas no país. O selo será usado nas comunicações impressas da Sociedade de Pediatria até o final do ano.

O programa de atividades para 2004 terá como um dos destaques a exposição de fotografias, móveis e equipamentos utilizados por médicos, numa incursão à história da pediatria no Paraná. A mostra está sendo organizada em parceria com a Fundação Cultural de

Curitiba, como revela a Dra. Eliane Mara Cesário Pereira Maluf, a primeira mulher eleita para presidir a Sociedade e que acaba de ser reempossada. Ela tem como 1.º vice-presidente o Dr. Aristides Schier da Cruz, que na gestão anterior ocupou a secretaria. O presidente de honra é o Dr. Donizetti Giamberardino Filho.

Remodelação do site

A cerimônia de posse foi prestigiada pelo então presidente da Sociedade Brasileira, Lincoln Freire, que fez questão de ressaltar o importante trabalho empreendido pela unidade paranaense, sobretudo em atividades científico-culturais, valorização profissional e resgate histórico. Uma das inovações em destaque é a remodelação da *home page* da Sociedade, que traz a Biblioteca Virtual, instrumento de consulta e pesquisa para os profissionais.

A realização do VI Simpósio Brasileiro de Vacinas, de 6 a 8 de maio, é outra iniciativa da SPP, que no ano passado editou um livro com a história da pediatria

no Estado e reverenciando os presidentes da sociedade, fundada em 25 de março de 1934. Na época, Curitiba contava com pequeno número de profissionais da área. Hoje são cerca de 1,4 mil no Estado, dos quais 400 atuam na capital. A primeira diretoria teve os Drs. César Pernetta e Júlio Moreira como presidente e vice.

A Sociedade de Pediatria fica na Rua Des. Vieira Cavalcanti, 550, bairro Mercês, Curitiba. O fone é (0xx41) 223-2570.

Visite o site www.spp.org.br ou mande e-mail para sppediatria@hotmail.com

Posse na Sociedade Brasileira

Na Sociedade Brasileira de Pediatria, a posse da nova diretoria para o triênio 2004/2007 ocorreu na noite de 30 de abril, no Rio de Janeiro. O Dr. Dioclésio Campos Júnior foi empossado na presidência. A cerimônia foi prestigiada pelo CRM-PR através de seu presidente, Donizetti Giamberardino Filho, que também é presidente de honra da Sociedade de Pediatria do Paraná.



Dra. Eliane Mara Maluf foi reconduzida à presidência da Sociedade Paranaense de Pediatria.

Representante dos usuários preside Conselho de Saúde

A nova mesa diretora do Conselho Estadual de Saúde foi eleita durante reunião ordinária de 27 de fevereiro último. A agricultora Joelma Aparecida de Souza Carvalho, radicada em Londrina e que é representante dos usuários dos serviços do SUS, foi eleita presidente do Conselho. Ela ascendeu à função que no último ano foi ocupada pelo médico Ruy Pedruzzi, da região de Paranavaí e também do segmento dos usuários. Pedruzzi foi eleito agora vice-presidente.

Os 36 membros titulares e número igual de suplentes, indicados na 6.ª Conferência Estadual de Saúde, já tinham sido empossados no final de janeiro. Eles são representantes de classe que atuam nos segmentos de usuários, gestores, prestadores e profissionais de saúde. O Conselho Regional de Medicina do Paraná, integrante do grupo de profissionais de saúde, está representado pelo conselheiro Luiz Sallim Emed, que é membro titular. O seu suplente é o par Romeu Bertol.

Este será o segundo mandato consecutivo que o titular da Pasta de Saúde não acumula a função de presidente do CES. A exemplo do que ocorre nos demais estados, desde a sua instalação em 1995, o Conselho vinha sendo coordenado pelo Secretário Estadual de Saúde. Ocupante do cargo no atual governo, o secretário Cláudio Murilo Xavier, renunciou ao privilégio, de modo a proporcionar maior autonomia ao órgão consultivo. Xavier, que é pediatra, entende que a independência do Conselho é primordial para garantir o controle social dos serviços públicos de saúde.

O Conselho Estadual de Saúde conta com 20 comissões, todas de reconhecida atuação. Uma delas é a de Acompanhamento ao Orçamento Financeiro (CAOF), que tem se destacado na mobilização em defesa de maior dotação orçamentária à saúde. Uma das reuniões ocorreu em 16 de dezembro, na sala do DEAP, da Secretaria da Saúde, com a participação dos conselheiros do CRM Gerson Zafalon Martins e Luiz Sallim Emed.

Perfil do médico da Região Sul



Em março último, o Conselho Federal de Medicina apresentou os resultados da Pesquisa sobre Qualificação, Trabalho e Qualidade de Vida do Médico, que deu origem ao livro "O Médico e seu Trabalho". Agora, o trabalho está sendo desmembrado para estabelecer o perfil dos médicos de cada região do país. A do Sul terá a coordenação do conselheiro Edvaldo Eduardo Camargo (SC), com o Paraná sendo representado pelo Dr. Gerson Zafalon. Após a publicação dos resultados, o CRM-PR vai analisar a necessidade de desenvolver possível pesquisa complementar, já que se pretende conhecer de forma mais transparente a realidade e as condições de trabalho e de vida do médico de cada região do Estado. Para saber mais sobre o trabalho do CFM, que foi iniciado em 2002 e ouviu cerca de 14 mil médicos, acesse o portal na internet www.portalmédico.org.br.

Bioética e cidadania

José Eduardo de Siqueira(*)

A bioética nasceu nos EUA no início da década de 1970 do século passado como desdobramento do Relatório Belmont e, com a publicação de "Princípios de Ética Biomédica" de Tom Beauchamp e James Childress, firmou-se como modelo teórico mais importante dessa nova área da ética. As mudanças observadas, desde então, foram muito profundas e alimentadas pelo rápido desenvolvimento da ciência e dos numerosos dilemas daí decorrentes. Rapidamente, o que se entendia como ética médica saiu do domínio dos profissionais médicos e foi entregue para reflexão de um grupo mais eclético de pensadores, que incluía filósofos, sociólogos, teólogos e juristas. Do território menor das regras deontológicas para o caloroso debate multidisciplinar, da ética das normas para a reflexão crítica, do dialeto intraprofissional para o diálogo interprofissional, do verticalismo hipocrático para o horizontalismo da participação de toda comunidade acadêmica. Libertando-se do monólogo paternalista, a bioética ofereceu aos médicos a saudável comunicação dialógica com o cidadão vulnerabilizado por uma enfermidade. Superando o Principalismo de Beauchamp e Childress surgiram a Ética dos Cuidados e a Ética das Virtudes, este último modelo proposto por Mac Intyre desprezando o esquema reducionista do principalismo e propondo reflexões sobre o significado comunitário das ações humanas.

A mesma bioética que contempla os direitos do indivíduo através do exercício da auto-

nomia e a busca da beneficência, declara pelas vozes de John Rawls, Giovanni Berlinguer e, tantos outros, que é necessário, sobretudo, considerar a dimensão comunitária da ética. Desloca-se da fronteira do conhecimento para os dilemas cotidianos, dos tubos de ensaio para os candentes problemas de enormes populações de marginalizados sociais. A bioética declara que tão importante quanto reconhecer a autonomia do ser humano será contemplar a justiça numa sociedade desigual. Considerar a dimensão social da ética e não ficar prisioneira de direitos privados, não significa desprezar questões que envolvem o consentimento, a livre vontade ou a confidencialidade das pessoas, entretanto, uma ênfase desproporcional nos direitos pessoais pode obscurecer questões comunitárias estruturais.

Se há uma característica marcante da bioética é sua vocação para a mudança, não se conformando com o imobilismo. Inquieta, não invariavelmente, propõe questões incômodas. Dados do último relatório anual do Estado do Mundo, produzido pelo respeito do Worldwatch Institute, apontam que bastaria o aporte anual de US\$ 19 bilhões para eliminarmos a fome no planeta e, irresponsavelmente, gastamos US\$ 18 bilhões anuais com produtos de maquiagem e US\$ 15 bilhões com perfumes espargidos sobre a pele de poucos. Porque tanto consumo supérfluo e tão pouca solidariedade?

Por outro lado, um dos maiores desafios para a bioética nesse princípio de milênio, além de uma forma adequada de justa distribuição dos recursos na área da saúde numa sociedade domi-

nada pelo individualismo, a globalização predatória e a competitividade selvagem, será, sem dúvida, a defesa de um meio ambiente saudável. A percepção cartesiana de assistência médica só tem olhos para hospitais terciários e não percebe que os determinantes maiores da presença de saúde ou doença são, essencialmente, de natureza ambiental. A questão central, portanto, não é simplesmente erigir hospitais equipados com tecnologia de ponta, mas, sobretudo, controlar a degradação do meio ambiente que gerou a perversa realidade de seres humanos domiciliados em condições de insalubridade. Não basta à bioética, outrossim, apontar o lixo, a fome, a poluição, mas lutar pela preservação da biosfera, da camada de ozônio, e do desenvolvimento de recursos renováveis de energia. Questiona, ainda, a equivocada imagem de progresso cunhada pelo avanço tecnológico, sem considerar a vida humana como valor primordial.

Finalmente, e esta parece ser a tarefa mais complexa, a concretização do pleno resgate da soberania do ser humano como agente político. Do conceito inicial de democracia criada pelos gregos, a modernidade impôs o modelo representativo em que o cidadão comum é ludibriado por propostas mirabolantes de bem acabados impostores que alçados ao poder jamais as cumprem, negando autenticidade aos mandatos que receberam por delegação popular. Hoje, o cidadão é simplesmente aquele que habita a cidade, não o que age politicamente como ocorria na "polis" grega. O Estado se constrói separado da sociedade e

se legitima num imenso aparato de gerenciamento administrativo. Os seres humanos são transformados em números e esta insensível organização tecnoburocrática destitui as pessoas da condição de sujeitos políticos, sendo todas as variáveis sociais transformadas em índices, tabelas e gráficos acompanhados por uma entidade supra-nacional que, autocraticamente, dita os valores a serem alcançados.

Enriquecida pelo saber filosófico, a bioética reconhece a desagregação política da modernidade e propõe a construção de uma sociedade mais justa, onde impere a autenticidade democrática, no encontro com o outro, na busca permanente do

diálogo entre os seres humanos, respeitadas suas inequívocas diferenças em percepções morais.



(*) José Eduardo de Siqueira é coordenador da Câmara Técnica de Bioética do CRM-PR. jtsique@sercomtel.com.br

CFM vai normatizar prontuário eletrônico



Ainda no primeiro semestre deste ano, o Conselho Federal de Medicina poderá editar a resolução que vai normatizar as normas técnicas para digitalização e o uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos prontuários dos pacientes, possibilitando assim a eliminação do uso do papel. A Câmara Técnica de Informática em Saúde e Telemedicina é a responsável pelos estudos e a elaboração da minuta de resolução. No dia 7 de abril último, integrantes do grupo de trabalho estiveram em visita ao Incor, em São Paulo, que está desenvolvendo um projeto experimental. O objetivo foi colher subsídios quanto a normas de segurança e confiabilidade no processo de digitalização. Na foto, a Dra. Beatriz Faria Leão e os conselheiros federais Roberto Luiz D'Ávila (SC), Gerson Zafalon (PR) e Luiz Augusto Pereira (RS), na reunião no Incor.

Jornadas debatem Bioética e outros temas do cotidiano médico

As Jornadas de Bioética da Câmara Técnica de Bioética do CRM-PR foram retomadas este ano com uma proposta inovadora de ampliar o debate sobre outros temas ligados à prática médica. A partir de parceria firmada entre o Conselho e a Associação Médica do Paraná, as atividades regionalizadas vão permitir aos médicos paranaenses uma discussão mais aprofundada de questões de relevância à profissão e sua própria realidade local. O calendário do primeiro semestre já está sendo colocado em prática e a proposta das entidades é de que o ano seja “fechado” com cumprimento de jornadas na maioria das cidades-pólo.

A 22.ª Jornada de Bioética do CRM-PR, que marca o início do terceiro ano do roteiro itinerante de palestras da Câmara Técnica, foi levada a Santo Antônio da Platina, na Norte Pioneiro, nos dias 23 e 24 de abril. A programação científica foi compartilhada com a 39.ª Jornada Médica da AMP. A edição conjunta seguinte será nos dias 7 e 8, em Cascavel. Ponta Grossa terá suas atividades nos dias 21 e 22 de maio, enquanto Londrina desenvolverá os trabalhos na primeira quinzena de junho. Em breve, uma nova reunião dos componentes da Câmara Técnica de Bioética e também de representantes do Departamento Científico da AMP deve definir as ações no segundo semestre.

Norte Pioneiro

As Jornadas de Bioética e

Médica da AMP em Santo Antônio da Platina foram abertas às 19h30 de 23 de abril, no auditório da Fiep/SESI. A palestra ética inaugural coube à médica infectologista Célia Inês Burgardt, conselheira do CRM e integrante da Câmara Técnica de Bioética. Ela falou sobre “Ética no pronto atendimento”. Na seqüência, o também conselheiro Carlos Ehlke Braga Filho abordou “Atestado de óbito – Direitos e deveres do médico”.

Na seqüência dos trabalhos, no sábado de manhã, as palestras foram cumpridas dentro do programa da 39.ª Jornada Médica da AMP, que teve participação da Associação Médica de Santo Antônio da Platina. O neurologista Elcio Juliato Piovesan falou sobre “Atualização no tratamento da enxaqueca”. O tema “Tratamento atual do diabetes tipo 2” foi tratado pela endocrinologista Rosa Maria de Abreu Vargas, delegada da Sociedade Brasileira de Diabetes/Regional Paraná. “Visão atual das hepatites” foi o assunto da palestra de encerramento, conduzida pelo patologista Marco Aurélio Lima de Lacerda, chefe do setor de gastroenterologia do Hospital Nossa Senhora das Graças, de Curitiba.

O encontro reuniu mais de 30 profissionais de saúde, em sua maioria médicos. Os debates foram bastante proveitosos e possibilitaram que outros temas relativos ao cotidiano médico fossem abordados, como o dos plantões médicos. O sistema de atendimento de emergência na

cidade vem gerando conflitos em decorrência do não pagamento dos plantões por parte da administração pública. Também a humanização do atendimento mereceu atenção especial dos participantes.

Novas jornadas

Cascavel vai receber a 23.ª Jornada de Bioética do CRM nos dias 7 e 8. O conselheiro estadual e federal Gerson Zafalon Martins, que integra a Câmara Técnica, fala sobre “Ato médico”. O Prof. Cícero Andrade Urban, também da Câmara Técnica e presidente da Associação dos Médicos Católicos do Paraná, discute o tema “Eutanásia”. A 40.ª Jornada da AMP colocará em análise os seguintes assuntos: “Diferenças diagnósticas x diagnósticos difíceis”, “Solicitação racional de exames complementares”, “O idoso e a cirurgia” e “Envelhecimento normal x patológico”.

Na 24.ª Jornada de Bioética, em Ponta Grossa, os palestrantes serão os conselheiros Célia Inês Burgardt e Carlos Ehlke Braga Filho. Ainda em junho será realizada a edição de Londrina. Para o segundo semestre estão previstas jornadas em regiões como Maringá, Guarapuava e Curitiba. A programação ainda não foi definida pela Câmara Técnica, que está receptiva a proposição de temas, inclusive para os assuntos médicos.

Saiba mais sobre a programação das jornadas nas Delegacias Regionais ou no Conselho de Medicina, pelo fone (0xx41) 240-4000, com Cristina.

Em discussão o direito de morrer do paciente terminal

A Associação Médica Espírita do Paraná (AME) promoveu Simpósio sobre Bioética, tendo como tema central “Paciente terminal e o direito de morrer”. O evento ocorreu em 20



O evento de Bioética na Fed. Espírita.

de março último no teatro da Federação Espírita do Paraná, em Curitiba, e teve mais de 400 participantes. Os palestrantes convidados foram os médicos Cícero de Andrade Urban, presidente da Associação dos Médicos Católicos e também membro da Câmara Técnica de Bioética do CRM, e Jorge Rufino Ribas Timi, especialista em angiologia, cirurgia cardiovascular e cirurgia vascular e que também é graduado em Direito.

“Bioética no Paciente Terminal” foi o assunto apresentado pelo Prof. Cícero Urban, enquanto o Dr. Jorge Timi abordou “Os direitos dos pacientes de morrer em casa”. O presidente da Associação Médica Espírita, Laércio Furlan, e Prof. Edson Gomes Tristão foram os coordenadores do simpósio. Eles enalteceram o elevado nível dos debates e a receptividade dos participantes à abordagem de questões polêmicas como a ortotanásia e a distanásia. A questão do morrer com dignidade desperta para conceitos conflitantes nas correntes médicas e religiosas.

O Simpósio de Bioética faz parte de programa de debates da AME sobre temas de relevância e que é dirigido aos médicos, a estudantes, profissionais das diversas áreas e à comunidade de modo geral. São quatro edições a cada ano. A próxima já está marcada para 20h de 19 de junho. O tema em destaque será “Impacto das DST na família”. Os palestrantes convidados serão os médicos José Luiz de Andrade Neto, professor do Departamento de Clínica Médica da UFPR e PUC-PR, e Newton Sérgio Carvalho, professor de obstetrícia da UFPR. Eles falarão, respectivamente, sobre “AIDS e a família” e “Epidemias de HPV e Câncer e a família”.

Além do ciclo de palestras, a Associação promove um curso mensal de ciência e espiritualismo. O último foi realizado em 27 de abril, com o professor de homeopatia Chavier Salvador abordando “Algumas manifestações do inconsciente na consciência”.

Saiba mais sobre as atividades da AME contatando (0xx41) 262-2136.

Conhecer o CRM para participar das ações em defesa da profissão

E esclarecer aos médicos sobre o que é e qual a função do Conselho Regional de Medicina e, ao mesmo tempo, envolvê-los em iniciativas voltadas à defesa e valorização profissional, aprimoramento técnico e científico e maior integração com a sociedade como um todo. Estas são as propostas prioritárias do gineco-obstetra Antônio Carlos Cardoso à frente da presidência da Delegacia Regional de Campo Mourão, função que assumiu em outubro do ano passado. Nesse processo, conta com o apoio irrestrito dos pares delegados e também da Diretoria do CRM-PR, que defende a mesma filosofia de trabalho e tem procurado investir na interiorização e descentralização de suas atividades, em especial as que se referem à educação continuada.

A Delegacia de Campo Mourão é uma das mais “novas” do CRM, tendo sido instalada em 1998. A contribuição proporcionada aos médicos de sua área jurisdicional, sobretudo mostrando que o Conselho é antes de tudo uma instituição que atua em defesa do médico e da sociedade, é um dos motivos que levaram a Diretoria a aprofundar estudos para ampliar o número de unidades regionais. “Quando o médico conhece o que é o CRM, muda o conceito errôneo de órgão punitivo, trocando o temor pela participação mais efetiva na garantia de seus direitos”, diz o presidente da Regional, endossando a proximidade do profissional com a entidade representativa.

Ampliar a atual sede da Regional é outra meta do Dr. Antônio Carlos Cardoso, como forma de proporcionar maior conforto aos médicos da região e

à diretoria na realização das atividades administrativo-cartoriais, como os julgamentos, e também as de cunho educativo e de formação ético-profissional. Neste aspecto, o presidente da Regional projeta o incremento de um programa voltado a mostrar o que é o Conselho, através de reuniões abertas, simpósios, jornadas de bioética, palestras de orientação sobre temas polêmicos e julgamentos simulados. Embora todos os médicos da Região estejam convidados a participar dos eventos de telepatologia, que têm transmissão para a sede de Curitiba e para a Regional de Maringá, há a intenção de que a Regional de Campo Mourão venha a ser integrada ao círculo de videoconferências.

Elogiando a repercussão positiva da Jornada de Bioética levada a Campo Mourão, o presidente sustenta que “quanto mais o CRM estiver presente, mais rapidamente o médico vai entender que precisa se preocupar com a categoria que pertence e maior será a mobilização. Além disso, é importante fiscalizar mais de perto o exercício da profissão e atuar orientando o profissional para que se acautele e evite infrações éticas”. Em sua análise, o Dr. Antônio Carlos entende que a criação da Ordem dos Médicos seria a melhor alternativa para fortalecer a classe, hoje até confusa diante das funções de cada uma das entidades representativas existentes. “Isso é a redenção. Um órgão representando todas as entidades”, constata.

Ato médico e Classificação

O presidente da Regional de Campo Mourão considera que ato médico e Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos

Médicos são totalmente dependentes entre si. Por isso, lamenta a demora em se definir na esfera legal o que é ato médico. “Se não for definido o que é a Medicina, o campo de trabalho médico vai continuar sendo invadido por profissionais que têm mais interesse, representatividade de classe e mobilização. Aí, aparecem medicinas alternativas, naturalistas, etc, e a remuneração não pode ser estipulada, porque você não sabe se está realizando um ato de médico ou de enfermeiro, por exemplo”, diz o delegado-presidente, para quem a medicina está irregular sem a normatização do que é ato médico.

“A medicina tem privilégio sim e o médico não sabe a força que tem. Isolado, o profissional sente-se enfraquecido, seja pela ação dos convênios, MP ou imprensa. Por se fazer presente na vida das pessoas de uma maneira muito representativa, pelo respeito e confiança, os médicos são formadores de opinião”, analisa o dirigente, ressaltando que “precisamos lutar para que o ato médico seja definido e implementado”. Falando sobre sua área de atuação, ele diz que “a Classificação faz correções que estão valorizando um ato médico que ainda não foi definido e isso é paradoxal”. E justifica: “Para o ato médico funcionar, não é só convencer o gestor; é preciso convencer o próprio médico que aquele valor estipulado é o mais próximo do ideal”. Neste aspecto, diz, resgatar a confiança profissional do médico e procurar por melhor remuneração são as melhores maneiras de fazê-los lutar pelos seus direitos. Mesmo elogiando a representatividade, através do CRM, AMP e Simepar,

ele entende que os médicos isolam-se no cumprimento de suas atividades habituais e deixa de se associar aos movimentos solidários de classe.

Escolas Médicas

Sobre a abertura de escolas médicas, o presidente da Regional entende que a necessidade, hoje, é de se investir nos cursos existentes para depois pensar em novas instituições. “Com a proliferação das escolas médicas ficou fácil ser médico, mas sem exercer a medicina”, critica. Sobre médicos formados no exterior que vêm atuar no Brasil, o Dr. Antônio Carlos Cardoso acredita que, apesar do estreitamento de relações decorrente do Mercosul, cada país tem formação diferente, de acordo com o clima, parasitologia, etc, e que o ideal seria adequar as diferenças do profissional estrangeiro ao Brasil. “As diferenças são muitas, a começar pelo idioma. Cerca de 80 a 90% do ato médico é comunicação. Ou seja, é bastante complicado médicos estrangeiros se adaptarem ao nosso país. Uma alternativa seria fazer um teste de proficiência, a exemplo do que a OAB faz com os bacharéis em



Antônio Carlos Cardoso.

Direito, de modo a proporcionar maior garantia de que o médico vai atuar com qualidade.

História da Delegacia

A eleição realizada em 2003 foi a primeira desde a fundação da Delegacia, em 98, já que na gestão anterior a diretoria foi nomeada. “A presença da delegacia de Campo Mourão deu mais autonomia e liberdade aos médicos da região, porque apesar de Maringá ser próxima geograficamente, a distância profissional é grande”, explica o presidente, que é conselheiro desde a instalação da unidade, que absorve 24 municípios. São 239 os médicos inscritos no CRM, sendo 126 na cidade-sede.

Delegacia Regional de Campo Mourão

Delegados efetivos

- » Dr. Antônio Carlos Cardoso (Presidente)
- » Dr. Manoel da Conceição Gameiro (Vice-presidente)
- » Dr. Moacir Ciulla Porciuncula (Secretário)
- » Dr. Airton Luiz Legnani
- » Dr. Wilfredo Sérgio Sandy Saavedra

Delegados Suplentes

- » Dr. Altair Gonçalves
- » Dr. Antonio Sérgio de Azevedo Rebeis
- » Dr. Carlos Roberto Henrique
- » Dr. José Alexandre Gargantini Reze
- » Dr. Sílvio Xavier

Integração em defesa da atividade ética

A Regional de Maringá é entre as delegacias do Conselho de Medicina do Paraná que mais se destaca na prática de eventos éticos e de educação continuada e, também, de integração com acadêmicos de Medicina. A contribuir para esse status estão fatores como o de pólo de ensino, infra-estrutura privilegiada em sua moderna sede e sintonia com as entidades médicas locais e com as diretrizes do CRM. Na mesma vertente, contudo, alinha-se a multiplicação de atividades administrativas, propulsivas por uma região com 57 municípios de características socioeconômicas heterogêneas e que concentra cerca de 1,2 mil médicos trabalhando em condições muitas vezes inadequadas.

Com mais de 35 anos de atividade médica, 30 dos quais na região de Maringá, o presidente da Regional, Mario Massaru Miyazato, analisa com autoridade os diferentes momentos vivenciados pela medicina, sobretudo na área de psiquiatria. Ele entende que o sistema público de saúde acumulou muitos avanços, mas permitiu distorções graves e que refletem no modelo atual de assistência, onde a universalização é relativa e restritiva, pois está comprometida com a falta ou a otimização dos recursos. Neste aspecto, diz, o bom hospital ou o bom médico é aquele que protege o paciente, mas o sistema cheio de contradições acaba decretando uma barreira entre quem presta e quem recebe o atendimento. A regra, avalia o Dr. Miyazato, vale também para a saúde suplementar.

Para o presidente da Regional, Maringá é um exemplo claro das dificuldades decorrentes de limitação e de gerenciamento de recursos à saúde, fazendo com que a população tenha, na verdade, um paliativo de assistência. Embora o município seja de gestão plena, a exemplo de outros 12 que recebem os recursos diretamente do MS, vem atrasando os pagamentos dos prestadores de serviços, deixando-os em situação desconfortável perante fornecedores, instituições bancárias e funcionários, além de inibir investimentos

em qualidade. Embora sem conhecimento oficial dos números, o Dr. Mario Miyazato considera próximo da realidade o montante de R\$ 4,5 milhões que alguns prestadores dizem estar “em aberto”, excentuando as contas de abril.

O CRM, sustenta o presidente da Regional, tem atuado de forma intensa para contribuir nas negociações para que o gestor não apenas mantenha regular os pagamentos, como cumpra outras obrigações que lhe são peculiares, como a de acesso amplo pela população aos serviços primários. Atualmente, postos de saúde do municípios estariam sob a responsabilidade de outros profissionais, como enfermeiros, por falta de médicos. O Dr. Mario Miyazato avalia que há uma rotatividade muito grande no quadro público e que isso é reflexo de uma política de falta de incentivo que alcança o SUS como um todo. Não por acaso, diz, as entidades médicas têm como uma de suas principais reivindicações a implantação efetiva do plano de carreira na esfera do Sistema de Saúde.

Força política

O médico entende que o SUS, apesar de seu conceito filosófico relevante, precisa de ajustes compatíveis à realidade brasileira, a começar pelo equilíbrio financeiro entre o custo da assistência ofertada e os recursos disponíveis. No que se refere especificamente à área de atuação em que atua, diz que os 12 anos para se promover a reforma psiquiátrica não foram suficientes para estabelecer um modelo capaz de minorar os problemas existentes. Embora defensor do hospital-dia, o Dr. Mario sustenta que é preciso criar os instrumentos médico-terapêuticos e, ao mesmo tempo, preservar a estrutura para atendimento aos pacientes agudos. “A verdade, hoje, é que os psicóticos agudos estão sem ou com assistência inadequada”, diz o médico, alertando para os riscos que os pacientes correm ou oferecem estando em abandono nas ruas.

Embora a questão da saúde complementar seja diferente, o presidente da Regional acredita que as entidades médicas estão

semeando um melhor futuro à profissão, de remuneração justa e de prestação de serviços de qualidade à população. Na luta pela dignidade médica, traduzida pela implantação da Classificação Hierarquizada, o Dr. Miyazato avalia que estão sendo dados os primeiros passos para a consolidação da classe como uma força política, tal qual conquistaram os advogados, que vêm exercendo um poder capaz de escrever uma nova história política para o país. Assim, diz estar alinhado à corrente defensora da conjugação das instituições, conduzindo a uma espécie de Ordem dos Médicos.

A opinião do presidente da Regional tem amparo na experiência implementada em Maringá, onde as entidades representativas têm estreitado seus laços para fortalecer o poder reivindicatório em favor de ações benéficas ao médico e à saúde da população. Membros da Delegacia, do Sindicato e da Sociedade Médica mantêm reuniões periódicas para tratar de assuntos relativos à profissão e à ética. Reunidas numa mesma área geográfica da cidade, caracterizada como pólo de saúde pela concentração de hospitais e clínicas, as entidades estão na iminência de ganhar como “vizinha” a sede da Unimed local.

Um dos exemplos que Maringá oferece e que é motivo de orgulho para o presidente da Regional está relacionado à formação acadêmica, hoje uma das maiores preocupações das instituições médicas do país. “Escola jovem, duas vezes com nota “A” no Provão do MEC, a UEM é formada por turmas pequenas, onde há estreita relação entre professores e alunos. A filosofia é de formar bons médicos, conscientes de seus direitos e deveres, sobretudo quanto a responsabilidade social”, explica o Dr. Mario Miyazato, ressaltando ainda a importância de os formandos prosseguirem na busca pela especialização. Assinala ainda que, pelo fato de a maioria dos estudantes ser da própria região, há uma tendência de assimilar melhor a ideia de também cumprir a sua função social e de promover

uma distribuição mais uniforme de profissionais.

No processo de integração com os estudantes, o CRM mantém uma série de atividades, inclusive com algumas aulas sendo ministradas no próprio auditório da Regional. Três grandes eventos de ética médica, contudo, já são tradicionais e congregam os estudantes. A Semana de Integração do Calouro, que este ano ocorreu de 28 a 30 de abril, desperta para questões éticas e solidárias da profissão, com os acadêmicos dando exemplos com a doação de sangue. Julgamento Simulado e a Semana do Estudante de Medicina são outras atividades que reúnem grande número de estudantes. Outras atividades em destaque, dirigidas a acadêmicos e também médicos e outros profissionais são os cine-debates, palestras éticas, Jornadas de Bioética e eventos de educação continuada, como o de telepatologia, já que a Regional de Maringá está integrada ao programa CRM/USP.

Livre trânsito e ato médico

De acordo com o presidente, a Regional tem reuniões toda 1.^a e 3.^a quinta-feira de cada mês. Graças ao recurso da videoconferência, a unidade já vem desenvolvendo audiências integradas com a Sede do Conselho, otimizando tempo e recursos. Questões pertinentes ao exercício da profissão no âmbito local têm sido enfatizadas nas reuniões ordinárias. Uma das preocupações, como assinala o presidente, é o advento do Mercosul, com livre trânsito das profissões. O Dr. Mario Miyazato teme que os esforços para melhorar os indicadores de formação, qualidade de assistência e remuneração possam ser comprometidos. Ele teme a proliferação de “médicos de segunda que aceitam salário de segunda”, numa referência a profissionais formados em escolas de qualidade discutível em países da América Latina.

Outro tema que gera apreensão, diz, é o do ato médico. Sua expectativa é de que o assunto seja regulamentado logo, evitando conflitos de profissões e riscos à população. A contratação de novo médico fiscal, com atribuição

para atuar no interior, deve contribuir para melhor fiscalizar as condições do trabalho médico, já que são crescentes as denúncias.

Composição da Regional

A Regional tem a característica de envolver todos os seus delegados nas atividades. O Dr. Mario responde pela presidência, tendo como vice o antecessor na função, Dr. Kemel Jorge Chamas. A 1.^a e 2.^a secretarias são ocupadas pelos Dr. José Carlos Fernandes e Mario Lins Peixoto. Aldo Yoshisuke Taguchi e Mariane Arns são os responsáveis pela Comissão de Ética, enquanto os pares Luís Francisco Costa e Vera Lúcia Alvarez Beltran respondem pela Comissão de Sede. A de Divulgação e Fiscalização está a cargo dos Drs. Natal Domingos Giannotto e Minao Okawa.

O atendimento de secretaria é feito pelas funcionárias Janete Baena Drugovich (pela manhã), que está há dois anos no CRM, e Maria Rosete Lima Nino (tarde), que está a sete anos na função.



Perfil

O presidente da Regional é natural de Pompéia (SP) e graduou-se em 1968 pela UFPR. Com especialidade em Psiquiatria, tem o registro 2992 no CRM-PR. Está há mais de três décadas na região e é um dos pioneiros em sua especialidade. Além de docente da UEM, é preceptor de Psiquiatria no Hospital Psiquiátrico de Maringá, além de diretor. O Dr. Mario é delegado de Maringá desde o início das atividades, há 10 anos, tendo assumido a presidência em outubro do ano passado. Dois dos filhos (um casal) são formados em Medicina (a outra filha é advogada).

Inauguração de Delegacia de Rio Negro consolida parceria com SC

A Delegacia Regional de Rio Negro será inaugurada no dia 14 de maio, como parte de programa ético-científico dos Conselhos Regionais de Medicina do Paraná e de Santa Catarina. Na mesma oportunidade, serão empossados oficialmente os delegados efetivos e suplentes nomeados para responder pela unidade que congrega os dois Estados e que tem o status de Delegacia de Fronteira. Conforme o convênio celebrado entre o CRM-PR e o Cremesc, a Delegacia passa a prestar serviços também aos municípios abrangidos pela jurisdição da Regional de Mafra (SC). Em contrapartida, a já homologada Delegacia Regional de União da Vitória tem suas atividades centralizadas na sede da Delegacia do Cremesc em Porto União (SC).

Os Drs. Jacy Gomes (CRM 4179), formado em 1973 no Rio de Janeiro, e Dalva Streit da Silveira (4289), graduada em 1974 pela UFPR e com especialidade em clínica médica/medicina interna e homeopatia, passam a responder como delegados efetivos da Delegacia Regional de Rio Negro. Eles têm como suplentes os Drs. Enio Claudiomar Vieira Valim e Elói Manfredini. A sede está localizada na Rua Nicolau Bley Neto, 110, sala 4, centro de Rio Negro. O telefone é (0xx47) 643-6140, com o atendimento sendo feito pela secretária Carla Juliana Ribas. Além de Rio Negro, a Regional terá abrangência aos municípios de Campo do Tenente,

no Paraná, e ainda Itaiópolis, Panduva, Santa Terezinha, Rio Negrinho e Mafra, todos de Santa Catarina.

A inauguração da nova Regional do CRM e do Cremesc vai ocorrer durante a realização da 11.ª Jornada Médica de Mafra/Rio Negro. A abertura do evento será às 19h de 14 de maio, no auditório do Hotel Susin, em Mafra (Rua Felipe Schmidt), sendo conduzida pelo presidente do CRM-PR, Donizetti Giamberardino Filho. Às 19h30 haverá a posse das diretorias das unidades dos dois Estados. Às 20h30 ocorre a palestra do convidado especial, o conselheiro federal e corregedor do Conselho Federal de Medicina Roberto Luiz D'Ávila. Ele vai abordar o tema "Ato Médico". No dia 15, pela manhã, haverá mesas-redondas com discussão sobre os temas "Transporte de recém-nascidos", apresentado pelo Dr. Wilson Mendonça Guimarães; e "Transporte e encaminhamento de pacientes graves", pelo Dr. Wilmar de Athayde Gerent, vice-presidente do Cremesc.

Outras duas palestras vão ocorrer na segunda metade da manhã. "Relação corpo clínico com administrador do hospital e gestor de saúde", tema reivindicado pelos médicos da região, será a palestra do conselheiro do CRM Luiz Sallim Emed, também ex-presidente e atual corregedor-adjunto. "RQE - Critérios para qualificação e inscrição" será o assunto abordado pelo 2.º secretário do Cremesc, Dr. Jairo Vieira.

União da Vitória

A Resolução do CRM-PR que ratificou o convênio celebrado com o Cremesc também criou as Delegacias Regionais de Rio Negro e de União da Vitória, que até então tinham o status de Delegacias de Fronteira. A Regional de União da Vitória terá seus serviços administrativos atendidos pela Delegacia Regional do Cremesc em Porto União (SC). Foram nomeados como delegados efetivos os Drs. Ayrton Rodrigues Martins (CRM 4660), formado em 1975 na Universidade do Paraná e especialista em ortopedia e traumatologia; e Cláudio de Melo (CRM 4415), formado em 74 pela UFPR e que é especialista em pediatria. Ambos são residentes em Porto União. Os suplentes são os Drs. Adilson Gid Bastose Wilson Martin Neubauer. Pelo lado paranaense, a Regional abrange os municípios de Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, São Mateus do Sul e União da Vitória. A sede fica na Rua Prudente de Moraes, 300, União da Vitória. O telefone é (0xx42) 523-1844.

Conforma expressa o convênio, cada Conselho arca com os custos necessários para desenvolver as atividades administrativas de seu Estado, enviando para as respectivas sedes centrais os documentos que receber, visando o trâmite pelas vias administrativas normais. A unidade de Porto União/União da Vitória já vem servindo aos médicos desde o ano passado.

Novas Delegacias no PR

O Conselho de Medicina do Paraná deve implantar Delegacias em mais duas regiões do Estado, de modo a atender a reivindicação feita pelos próprios médicos e, ainda, para proporcionar maior agilidade administrativa e estreitar o processo de descentralização/interiorização. A perspectiva é de que Paranaíba, no Noroeste, e Santo Antônio da Platina, no Norte Pioneiro, ganhem as suas regionais já no segundo semestre. Os contatos com lideranças médicas foram iniciados, assim como o CRM também já conduz processo de recrutamento de secretárias para atuar nos dois municípios. Os locais das sedes ainda não foram definidos, já que dependem de estudos mais aprofundados quanto as necessidades. Com as Regionais de Rio Negro e União da Vitória, o Conselho do Paraná já conta atualmente com 13 unidades descentralizadas, várias delas com sedes próprias.

Reunião em Irati



Os conselheiros do CRM-PR Gerson Zafalon, tesoureiro, e Macos Flávio Gomes Montenegro, presidente do Departamento de Fiscalização do Exercício Profissional, participaram na noite de 27 de abril de reunião com integrantes do corpo clínico da Santa Casa de Irati. O encontro ocorreu no próprio hospital e teve o propósito de mediar impasse relativo a plantão médico. A questão teve o encaminhamento necessário e os médicos aproveitaram para pleitear a representatividade do CRM na região, primeiro passo para instalação de uma futura delegacia. A região de Irati tem cerca de 90 médicos, 40 deles com atuação na Santa Casa.

Encontro ético reúne acadêmicos de todas as escolas médicas do PR

Acadêmicos de medicina de todas as escolas paranaenses participam, nos dias 28 e 29 de maio, de simpósio de ética promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná no auditório de sua Sede, em Curitiba. Este será o primeiro evento a integrar a comunidade acadêmica das sete faculdades de Medicina em funcionamento no Estado. A coordenação está a cargo da recém-criada Comissão de Ensino Médico do CRM-PR, que congrega conselheiros e coordenadores dos cursos. Também os Centros Acadêmicos estão empenhados na consolidação do programa de atividades, que prevê a realização de palestras, mesas-redondas e oficinas, além da presença de um conferencista de renome nacional.

O escritor Rubem Alves, um dos intelectuais mais respeitados do país, era o primeiro convidado mas, na data, estará em viagem ao Exterior. Contudo, o autor da obra "O Médico" se fará representar na exibição de um vídeo institucional produzido pelo CRM, que reúne ainda depoimentos de renomados médicos e tem o propósito de estimular o debate sobre assuntos éticos e dilemas da profissão.

Em 10 de fevereiro, a primeira reunião promovida pela Comissão de Ensino Médico na sede do CRM teve a participação de representantes dos Centros Acadêmicos das escolas da Capital. Na oportunidade, os estudantes mostraram-se entusiasmados com a oportunidade ímpar de estreitar relações com os colegas de todos os cursos e de discutir temas de relevância no futuro exercício da profissão. Além de dar ênfase a aspectos éticos da medicina, os estudantes reivindicaram aborda-

gem de outros temas que poderão subsidiar a realização do 34.º Encontro Científico dos Estudantes de Medicina (Encam), previsto para julho, em Curitiba.

Em 27 de março, ocorreu a primeira reunião oficial de trabalho da Comissão, servindo para a apresentação dos seus integrantes e de representantes dos Centros Acadêmicos, bem como para traçar o esboço da programação do Seminário de Ética. O pré-programa prevê a realização de trabalho em grupo na tarde do dia 28, com a cerimônia oficial de abertura ocorrendo à noite, com presença do conferencista convidado. Na manhã de 29 haverá palestras seguidas de mesas-redondas e, à tarde, oficinas com temas específicos planejadas pelas instituições de ensino superior do Estado. Ainda estão sendo analisadas as possibilidades de realização de julgamento simulado e de cine-debate, sob motivação de dilemas do cotidiano da profissão médica.

A Comissão de Ensino Médico, homologada em janeiro pela Portaria n.º 002/04 (DIR), tem como objetivo auxiliar e contribuir para ajudar na melhoria e aperfeiçoamento do contato entre as escolas médicas e os estudantes de Medicina do Paraná. De acordo com o seu coordenador, o conselheiro Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, o Simpósio Ético será um momento histórico



Encontro na Sede do CRM definiu pré-programa do Simpósio para acadêmicos de Medicina.

para o Conselho, por permitir a efetiva interação com os futuros médicos, oferecendo-lhes ingredientes de valoração pessoal e profissional, e também por abrir-lhes de vez o espaço que vem sendo consagrado como "Casa do Médico". Ainda conforme o Prof. Miguel Hanna Sobrinho, há a intenção de se ouvir os alunos, de modo que colaborem efetivamente para a construção de ensino melhor. "Afim, são os estudantes que vivenciam o dia-a-dia e quem sente de perto as mudanças", justifica, ressaltando que a falta de intercâmbio entre as escolas médicas vinha impondo grandes barreiras.

Comissão de Ensino Médico

Confirma os seus integrantes e as instituições representadas:

- Dr. Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, do CRM-PR;
- Dr. Mauri José Piazza, do CRM-PR;
- Dr. Luiz Sallim Emed, do CRM-PR;
- Dr. Hans Graf, da UFPR;
- Dr. João Carlos Simões, da Evangélica;
- Dr. Emilio José Scheer Neto, da PUC-PR;
- Dr. Ipojucan Calixto Fraiz, UnicenP;
- Dr. Eva Maria E. D'Alva Janowski, da UEL;
- Dr. Orlando Ribeiro Prado Filho, da UEM;
- Dr. Orival Alves, da Unioeste.

Câmara Técnica em Medicina Legal promove ciclo de debates

O Conselho Regional de Medicina do Paraná vem desenvolvendo um programa de palestras com o propósito de levar informações sobre Medicina Legal às escolas de Direito e Medicina de Curitiba e interior do estado. A iniciativa é de responsabilidade da Câmara Técnica em Medicina Legal, que pretende despertar a atenção dos estudantes para assuntos polêmicos e atuais. Por se constituir em um importante instrumento de aprendizado, as primeiras edições tiveram significativo número de participantes.

O ciclo, que tem apoio do Instituto Médico Legal do Paraná, foi inaugurado em 13 de março, com a realização de palestras para os acadêmicos do curso de Direito da Uniandrade, de Curitiba. Na ocasião, mais de 300 estudantes estiveram presentes ao auditório da universidade para acompanhar as falas dos professores Marilda Zauer Guimarães e Hugo Bendhack Walchowicz. Eles abordaram os temas "Relação entre Perícia Médica e o Direito" e "Legislação sobre a morte".

A segunda etapa foi desenvolvida em Guarapuava, onde cerca de 200 pessoas, em sua maioria estudantes de Direito, acompanharam as palestras dos Drs. Lúcio Sérgio Camargo Caldas, médico dermatologista, e Carlos Ehlke Braga Filho, professor de Direito e Medicina Legal e também coordenador em Medicina Legal. Os assuntos abordados foram "Perícia em casos de Violência contra Menores" e "A Morte – Aspectos Fisiológicos e Legais". O encontro foi realizado no auditório do Hotel Küster.

Em 20 de abril último, o programa foi levado ao Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – Cescage, em Ponta Grossa, ajudando a subsidiar o Congresso dos Direitos Humanos Cidade de Ponta Grossa, que vai ocorrer em 19 de maio, como preparativo do Encontro Estadual. O Prof. Carlos Ehlke Braga Filho foi o palestrante, abordando o tema "Violência sexual contra menores – aspectos periciais". Foram duas palestras, às 10h e 19h, tendo como público-alvo alunos da disciplina de Direitos Humanos. Na oportunidade, o Prof. Ehlke Braga fez exposição sobre a preocupação que os advogados e juristas devem ter em relação aos sinais indiretos de abuso sexual em crianças, pois normalmente não fazem parte do conteúdo técnico do laudo da perícia, embora fundamentais para caracterização da prova.

As próximas edições serão dirigidas a acadêmicos de Direito da Universidade Tuiuti e de Medicina e Direito da UnicenP, ambos na capital. As datas ainda não foram definidas. A Câmara Técnica em Medicina Legal foi criada no ano passado e tem realizado reuniões periódicas. "Suas finalidades são emitir pareceres e resoluções, divulgar normas e protocolos da especialidade, além de promover encontros, simpósios e palestras aos médicos, profissionais de direito e estudantes das áreas e interessados", esclarece o coordenador, Dr. Braga Filho. Ainda de acordo com ele, este ano foram priorizadas as ações dirigidas ao resgate da disciplina, "que vem sofrendo uma progressiva desvalorização curricular, ora sendo diminuída sua carga horária ora transformando a disciplina em optativa ou mesmo sendo retirada do currículo".

Jornadas de telepatologia serão realizadas mensalmente em 2004

Integrando mais uma vez as faculdades de Medicina de São Paulo e Paraná, os eventos de telepatologia em 2004 já tem um calendário anual definido. Serão seis transmissões no total, sendo a primeira realizada no dia 5 de maio e as demais sempre nas primeiras quartas-feiras de cada mês, à exceção dos meses de julho e dezembro, com suspensão das transmissões face o período de férias escolares.

A novidade este ano será a integração dos estudantes e profissionais da Unoeste - Faculdade de Medicina de Presidente Prudente, que firmou contrato com a USP em abril. Também

está sendo realizado um estudo sobre a viabilidade da Unoeste, de Cascavel, vir a ser integrada ao grupo que participa das discussões anatomo-clínicas a partir da realização de autópsias ao vivo.

Sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Hilário Nascimento Saldiva, da Faculdade de Medicina da USP, e tendo ainda a supervisão do Prof. Dr. György Miklos Böhm, Chefe do Departamento de Patologia da USP, a realização da autópsia *on-line* é bastante elogiada, pois permite aos participantes um programa contínuo de educação médica a distância, através de video-

conferências, que garante aprofundamento nos conhecimentos e troca de experiências entre profissionais, residentes e estudantes.

Após a primeira transmissão da videoconferência de telepatologia em 5 de maio, no auditório da Santa Casa, as demais deverão ocorrer na Sede do CRM-PR. Serão nos dias 2 de junho, 4 de agosto, 1.º de setembro, 6 de outubro e 3 de novembro. O evento, também com transmissão para Maringá, faz parte do projeto que o Conselho tem na área de telemedicina e educação médica continuada e de um convênio celebrado entre o CRM-PR e a Faculdade de Medicina da USP.

Homem Virtual e o conhecimento

“Homem Virtual” é um projeto que consiste em modelos criados por computação gráfica, em terceira dimensão e com movimentos. Representa o ser humano de forma completa – estruturas macro e microscópicas, interna e externamente, de ambos os sexos e variadas faixas etárias. Pelo seu dinamismo, o “Homem Virtual” torna-se uma eficiente complementação ao ensino médico convencional, geralmente baseado em métodos estáticos (aulas descritivas, livros, autópsias). Nas universidades e faculdades de medicina e ciências da saúde, o “Homem Virtual” é uma ferramenta de apoio ao professor. Em poucos minutos, proporciona aos alunos a compreensão de procedimentos que levariam horas para serem absorvidos através de leituras ou explicação oral. O “Homem Virtual” também pode ser empregado com eficácia na educação médica continuada, em

curso presenciais ou a distância: pós-graduação, especializações, congressos, workshops.

Com o objetivo de promover a adoção desta ferramenta por alunos e professores das Faculdades de Medicina do país, a Disciplina de Telemedicina da FMUSP possibilita o uso do “Homem Virtual” por meio de licenças institucionais e termos de cooperação acadêmica e científica, disponibilizando-o a todos os docentes e distribuindo-o aos alunos que tiverem interesse na aquisição. Os recursos do “Homem Virtual” permitem a visualização e compreensão da anatomia e fisiologia do organismo. São reproduzidas com exatidão as texturas e a disposição dos órgãos, músculos, tecidos e artérias. Também é possível a demonstração de patologias e procedimentos clínicos ou cirúrgicos.

O “Homem Virtual” é produzido por módulos, de acordo com o tema abordado, seus objetivos e público-alvo. Cada módulo é



distribuído em CD-ROM (configuração mínima: Pentium II 500MHz, 64 Mb de memória RAM, CD-ROM 32X). Termos de adesão ou cooperação também podem ser firmados com hospitais, laboratórios, sociedades de especialidades e outras entidades que visem a educação e promoção da saúde. Os CDs estão disponíveis ainda para compra individual de médicos e professores no CRM-PR.

Interessados contatar (0xx41) 240-4022.

AGENDA

MAIO

• 22 e 23

Curso sobre o Uso do Som e da Música na Medicina
Local: Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 3027-6120

• 22 até 3 de julho

Curso de Informática Médica

Local: Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 339-4940 e 339-9733 ou mediare@brturbo.com

• 27 a 29

11 Jornada Integrada de Alergia, Imunologia, Dermatologia e Pneumologia em Pediatria
Local: Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 3022-1247 ou ekipe@ekipedeeventos.com.br

• 28 e 29

Curso Internacional de dor Orofacial
Local: Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 3022-1247 ou ekipe@ekipedeeventos.com.br

JUNHO

• 1 a 4

Hospitalar 2004
Local: Expo Center Norte em São Paulo (SP)
Inf.: (0xx11) 3897-6199 ou www.hospitalar.com
hospitalar@hospitalar.com.br

• 4 a 6

11 Congresso Internacional de Clínica Médica
Local: São Paulo (SP)
Inf.: www.sbcm.org.br

• 4 a 6

Congresso Brasileiro de Psiquiatria Biológica
Local: Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 3022-1247 ou ekipe@ekipedeeventos.com.br

• 6 a 10

31º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas
4º Congresso Brasileiro de Citologia Clínica
Local: Centro de Convenções em Salvador (BA)
Inf.: Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (0xx21) 2264-4449

• 11 a 15

XI Congresso Brasileiro de Medicina Intensiva
Local: Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 3022-1247 ou ekipe@ekipedeeventos.com.br

• 24 a 26

VII Congresso Sul Brasileiro de Urologia
Local: Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 3022-1247 ou ekipe@ekipedeeventos.com.br

SETEMBRO

• 22 a 25

8.º Congresso Brasileiro de Obstetrícia e Ginecologia da Infância e Adolescência
Local: Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 3022-1247

NOVEMBRO

• 13 a 17

51.º Congresso Brasileiro de Anestesiologia
9.º Congresso Luso-Brasileiro
1.º Congresso de Dor da Sociedade Brasileira de Anestesiologia
Local: Curitiba (PR)
Inf.: (0xx41) 3022-1247 ou www.cba2004.com.br

Confira no site do Conselho Regional de Medicina do Paraná (www.crmpr.org.br) a agenda científica e cultural completa, legislação, banco de empregos e oportunidades profissionais

NOTAS

Hospitais e o farmacêutico
Unidades hospitalares não são obrigadas a manter a assistência de farmacêutico em dispensário de medicamentos. A decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás, que manteve sentença em juízo de primeira instância, vem reforçar o entendimento de que não podem ser exigidos registro no CRF e contratação de farmacêutico de unidade que tem como atividade principal a assistência médico-hospitalar e não exerce a função atribuída a farmacêuticos, como a manipulação e comércio de medicamentos.

Escolas Médicas

Acaba em 10 de maio o prazo fixado pelo Ministério da Educação para apresentação dos critérios para abertura de cursos de Medicina e da área de saúde. A suspensão já dura 10 meses graças a resoluções do Conselho Nacional de Saúde e que vinham sendo acolhidas pelo MEC. Existem 46 processos com pedido de liberação em andamento no Ministério, sendo nove somente em São Paulo. As entidades médicas lançaram a campanha "Proteja-se. Lute pela proibição da abertura de novos cursos de Medicina. Por uma Medicina ética, com qualidade e compromisso social". Uma das peças principais da campanha é o hotsite www.proteja-se.org.br, que reúne todas as informações disponíveis sobre a abertura de escolas médicas.

Hospitais-escola

Muitos hospitais de ensino devem perder essa classificação até o final do ano, quando estará concluído o processo de certificação das 160 instituições existentes. O alerta está sendo feito pelo secretário de Assistência do Ministério da Saúde, Jorge Solla, que observa que há hospitais que mantêm curso de residência com número infimo de alunos. A mudança da forma de pagamento dos procedimentos será uma das mudanças previstas para o setor. No lugar do repasse por serviços prestados, os hospitais-escola receberão um valor mensal, definido anualmente, com o compromisso de que as metas sejam cumpridas. O sistema, contudo, deve funcionar por adesão. A contratação de servidores pelo MEC deve servir para amenizar o déficit dos estabelecimentos, já que parte

do dinheiro direcionado à assistência e pesquisa acaba corroída pelo custeio de mão-de-obra.

Mudança na Cofins

As alterações aprovadas para a Cofins atendem às reivindicações do setor de saúde, como a alíquota zero para importação de matérias-primas de medicamentos com tarja vermelha ou preta e a derrubada da mudança no regime de cobrança nos serviços prestados por hospitais, clínicas, serviços de imagem e diagnóstico, de fonoaudiologia, fisioterapia e hemodiálise. Tais empresas voltam a ser taxadas a partir de maio em 3% e não em 7,6%, como vinha ocorrendo desde abril.

Prevenção de acidentes

O CRM-PR expressou seu apoio institucional ao "Movimento Permanente para a Diminuição dos Acidentes de Trânsito e Transportes", que foi lançado em São Paulo em 7 de abril, Dia Mundial de Prevenção de Acidentes. A coordenação do movimento é da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) e envolve instituições de todo o país, inclusive médicas. O propósito é colaborar para a criação de uma cultura de rejeição aos comportamentos de risco no trânsito. Saiba mais acessando o site da Abramet www.abramet.org.br

Falecimentos

O CRM-PR registra, com pesar, o falecimento dos seguintes profissionais da Capital: Dr. João Carlos Estrazulas (CRM 1127), formado pela UFPR em 1961, em 20 de março; Dr. Oswaldo Gotlieb Filho (CRM 3264), formado em 1972 pela UFPR e especialista em homeopatia, em 29 de março; Dr. José Romildo Grabowski (CRM 159), formado pela UFPR em 1954 e especialista em psiquiatria, dia 2 de abril; Dr. Fernando César de Oliveira (CRM 1583), formado em 1954 pela UFPR, dia 9 de abril; Dr. Carlos Shoso Takaoka (CRM 13420), formado em 1978 pela Univ. Regional de Blumenau (SC), dia 19 de abril; Dr. Takashi Nagano (CRM 17693), formado em 1980 pela Faculdade de Ciências Médicas de SP, dia 26 de abril; e Dr. Alberto Muhlfeit Junior (8371), formado pela UFPR em 1982, dia 1.º de maio.

Resolução Anvisa

Através da Resolução RDC n.º 137/

2003, a Anvisa adverte que os medicamentos cuja formulação exijam advertências específicas deverão fazer constá-las em suas bulas e embalagens, obrigatoriamente, com dimensões que permitam fácil leitura, como por exemplo: "Produto de uso exclusivo em adultos. O uso em crianças representa risco à saúde". Desde 2002 a Anvisa determinou que todo medicamento que contenha Diclofenaco é contra-indicado para crianças menores de 14 anos, exceto em casos de artrite crônica. No entanto, muitos médicos continuam prescrevendo medicamentos que são contra-indicados a crianças. Independente da forma farmacêutica, o uso incorreto do sal pode desenvolver doenças severas.

Pós-graduação em Psicomotricidade

A pós-graduação do curso de formação especializada em Psicomotricidade Relacional do CIAR Curitiba – Centro Internacional de Análise Relacional, está oficialmente reconhecida pelo MEC, através de seu Conselho Nacional de Educação. Este registro é uma parceria entre o CIAR e a Secretaria da Ciência Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. No primeiro semestre do ano, 46 profissionais se graduaram no curso, entre médicos, fisioterapeutas, psicólogos, pedagogos e educadores em geral, que fazem parte das duas primeiras turmas formadas. Em 14 de maio começa a 7.ª turma, direcionada a Educação Infantil, Especial e Inclusiva. Informações (0xx41) 343-6964 ou no site www.ciar.com.br

Medicina intensiva

Curitiba será sede, de 11 a 14 de junho, do XI Congresso Brasileiro de Medicina Intensiva – Adulto, Pediátrico e Neonatal, realizado paralelamente ao VIII Fórum Latino-Americano de Ressuscitação e Emergências Cardiovasculares, o I Congresso Internacional dos Associados do Labic (Latin America Brain Injury Consortium) e o I Simpósio Nacional de Emergências Médicas. Os eventos terão a presença de 26 convidados internacionais, entre eles o médico Max Well, considerado o fundador da medicina intensiva moderna, além de 250 nacionais. O local será o Estação Convention Center. Inf.: (0xx41) 3022-1247 ou ekipe@ekipedeventos.com.br

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL PENA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO ELIO TANAKA - CRM/PR 6842

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO CRM/PR datado de 03 de junho de 2003, contido nos autos do Processo Ético Profissional n.º 052/01, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico ELIO TANAKA, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica.

Curitiba, 05 de fevereiro de 2004.

Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL - PENA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO JOSÉ RAMON SANCHES JÚNIOR (CRM/PR 2833)

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO do Conselho Federal datado de 12 de fevereiro de 2004, contido nos autos do Processo Ético Profissional n.º 020/00 vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico JOSÉ RAMON SANCHES JÚNIOR, por infração aos artigos 29 e 57 do Código de Ética Médica.

Curitiba, 19 de abril de 2004.

CONS. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL - PENA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO MILTON FERNANDES DE PAULA (CRM/PR 3767)

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO n.º 0050/00, datado de 07 de dezembro de 2000 e ACÓRDÃO do Conselho Federal de Medicina, datado de 06 de novembro de 2003, contido nos autos do Processo Ético Profissional n.º 038/96, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico MILTON FERNANDES DE PAULA, por infração ao artigo 30 do Código de Ética Médica.

Curitiba, 29 de março de 2004.

CONS. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL - PENA DISCIPLINAR APLICADA AOS MÉDICOS WAGNER CHIARELLA GODOY CRM/PR 14569 E FRANCISCO VIEIRA FILHO CRM/PR 3378

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO n.º 0028/2001, datado de 27 de julho de 2001 e ACÓRDÃO do Conselho Federal de Medicina, datado de 04 de novembro de 2003, contido nos autos do Processo Ético Profissional n.º 016/00, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico WAGNER CHIARELLA GODOY, por infração aos artigos 29, 57, 60, 61 e 62 do Código de Ética Médica e ao médico FRANCISCO VIEIRA FILHO por infração ao artigo 57 do mesmo Código.

Curitiba, 15 de março de 2004.

CONS. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO
Presidente

Alerta: mercantilização da medicina

Alexandre Gustavo Bley(*)

Estamos vivenciando um período de grandes lutas em prol do Ato Médico como um todo. Inserido neste tema está a remuneração do profissional. As entidades médicas estão reunidas em prol de uma melhoria das condições de trabalho, bem como resgatando a dignidade da profissão. É dentro deste contexto que se encontra uma grande fragilidade. O médico está cansado das baixas remunerações e do descaso por parte das empresas que gerenciam a saúde no país, com isto se torna mais cético e tentado a buscar outras alternativas para prover a sua vida e a de sua família. Temos que tomar o máximo de cuidado para não cedermos ao aliciamento que o mercado nos faz. Estamos preocupados com certas situações e especialmente com uma que pode vir a tomar proporções preocupantes. O tema foi discutido em reunião plenária do Conselho e tomei a liberdade de escrever esta coluna para alertar e discutir sobre a Mercantilização da Medicina e as tentativas de se corromper os ditames éticos da profissão médica.

Atualmente temos uma empresa do ramo farmacêutico e nutricional que está de forma desrespeitosa entrando em nossos consultórios, encaminhada muitas vezes por colegas médicos, propondo vantagens "vitalícias" para comercialização dos seus produtos. O acordo contratual refere-se a bonificação por produto prescrito, podendo ser este vendido diretamente pelo médico ou envolvendo familiar através de uma "representação". A estratégia é piramidal, onde o médico indica outro colega e recebe

benefícios pela "produção" do colega indicado. Não se discute o valor científico dos produtos, os quais se tenta dar conotação de suplementos alimentares. O que se questiona é a forma anti-ética com que esta empresa está tentando se prevalecer do meio médico para aumentar a sua fatia no mercado. Estão querendo utilizar a figura do médico para que este seja o ator principal de um espetáculo de enganação. A palavra é forte, porém reflete a realidade. O paciente é enganado, pagando um valor maior pela prescrição médica. Evidentemente esta diferença vai para o bolso do profissional que prescreveu. É neste ponto que se encontra o problema. O médico pode ser tentado a prescrever tais medicações ou suplementos de forma indiscriminada, para recebimento dos benefícios. Não importa quem vende, a partir do momento que você induz alguém mediante recompensa, isto é suborno. O mais preocupante é que se fala de forma inverídica em liberação ética por parte do Conselho Federal de Medicina.

A Mercantilização da Medicina envolve a obtenção de lucro e vantagens econômicas através do exercício da profissão. O Código de Ética Médica apresenta inúmeros artigos aplicáveis:

Art. 09.º - A Medicina não pode, em qualquer circunstância ou de qualquer forma, ser exercida como comércio.

É vedado ao médico:

Art. 65.º - Aproveitar-se de situações decorrentes da relação médico-paciente para obter vantagem física, emocional, financeira ou política.

Art. 87.º - Remunerar ou receber comissão ou vantagens por paciente encaminhado ou re-

cebido, ou por serviços não efetivamente prestados.

Art. 98.º - Exercer a profissão com interação ou dependência de farmácia, laboratório farmacêutico, ótica ou qualquer organização destinada à fabricação, manipulação ou comercialização de produtos de prescrição médica de qualquer natureza, exceto quando se tratar de exercício da Medicina do Trabalho.

Art. 99.º - Exercer simultaneamente a Medicina e a Farmácia, bem como obter vantagem pela comercialização de medicamentos, órteses ou próteses, cuja compra decorra de influência direta em virtude da sua atividade profissional.

O Conselho Federal de Medicina emitiu a resolução n.º 44.045 de 18 de maio de 2000, onde resolve em seu artigo 1º:

Proibir a vinculação da prescrição médica ao recebimento de vantagens materiais oferecidas por agentes econômicos interessados na produção ou comercialização de produtos farmacêuticos ou equipamentos de uso na área médica (Grifo nosso.).

O Decreto n.º 20.931/32, em vigor, no seu artigo 16 explicita:

É vedado ao médico:

c) "indicar em suas receitas determinado estabelecimento farmacêutico, para se aviar, ou dar consulta em local contíguo a estabelecimento farmacêutico, em circunstâncias que induzam, a juízo do Departamento Nacional de Saúde, à existência de quaisquer ligações com o mesmo" (Com as modificações do decreto n.º 26.747 de 3.6.49). Grifo nosso.

g) "fazer parte, quando exerça a clínica, de empresa que explore a indústria farmacêutica ou seu comércio..."

Esperamos que esta breve e resumida fundamentação legal possa servir de base para o juízo do assunto. O papel do Conselho Regional de Medicina não é tão somente penalizar aos médicos por suas infrações, mas tem um papel educador e fiscalizador na tentativa de atuar como agente profilático de possíveis delitos éticos. Fica evidente que o profissional médico que recebe vantagens econômicas de terceiros, em virtude de sua atuação como profissional, não só está infringindo o Código de Ética Médica, bem como esta prática pode ser caracterizada como delito penal, suborno, crime de concorrência desleal praticado pelas firmas, e eventualmente, conforme as circunstâncias, crime contra a economia popular, como bem explicita a Dra. Adriana C. Turri Joubert, Advogada relatora do parecer 34.163/93 do Cremesp. Deixamos claro que este Conselho está atento a esta situação, já está utilizando e irá



(*) Alexandre Gustavo Bley é conselheiro do CRM-PR. drbley@hotmail.com

utilizar os dispositivos legais para as eventuais infrações.

Dignidade, esta é a palavra pela qual devemos lutar. O momento é de reflexão, a nossa profissão está desprestigiada e malvista. Temos que resgatar a confiança e o respeito naquilo em que todos nós acreditamos e escolhemos como sacerdócio, a Medicina. Fiquemos alerta e vamos nos unir no sentido de tentamos coibir estas práticas, bem como lutamos pelas condições dignas para o exercício da nossa profissão, objetivando o sentido real que é a promoção da saúde.

Concurso do Conselho

O CRM-PR vai realizar concurso público para provimento de cargos, de modo a suprir necessidades da Sede de Curitiba e também de Delegacias Regionais. Ao todo são 16 vagas, uma das quais para médico fiscal, o qual ficará centralizado na Regional de Londrina e terá a incumbência de dar agilidade as atividades no interior do Estado. A Sede de Curitiba terá mais seis agentes administrativos (um deles em consonância com a Lei n.º 3.298/99) e um técnico em informática. Serão contratados ainda agentes administrativos para os seguintes municípios: Londrina, Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, Rio Negro, Cascavel, Santo Antônio da Platina e Toledo (uma vaga cada). Paranavaí e Santo Antônio serão futuras sedes de Regionais e Rio Negro está inaugurando a sua Delegacia de Fronteira e o atendimento está sendo feito por funcionária em regime de estágio.

As inscrições para o concurso terminaram no dia 6 de maio e as provas serão realizadas no dia 6 de junho, na PUC-PR, em Curitiba. As etapas seguintes serão indicadas oportunamente aos candidatos selecionados.

CBHPM e a mobilização nos Estados

» **Acre** – Os médicos acreanos prometem suspender o atendimento às operadoras que não aderirem à proposta da Classificação. A Unidas propôs valores abaixo da banda mínima. A Unimed está avaliando o impacto financeiro. O CRM deu prazo até 30 de abril para que todas as empresas intermediadoras de serviços de saúde se cadastrem no órgão.

» **Alagoas** - Os médicos suspenderam em 30 de março o atendimento ao Bradesco e à Sul América. A OAB divulgou comunicado apoiando o movimento.

» **Amazonas** - Está prevista uma assembleia na Unimed para decisão sobre a CBHPM e na segunda quinzena de abril a Comissão de Honorários se reunirá com o Sindicato dos Hospitais para também debater o assunto.

» **Bahia** - Na assembleia de 26 de abril, os médicos baianos decidiram suspender o atendimento às operadoras Unibanco e Porto Seguro, que não adotaram a Classificação. Com 99% de adesão da categoria, o atendimento já estava suspenso aos planos Sul América e Bradesco desde 15 de março. Representantes de especialidades criaram uma subcomissão para agilizar o processo de descredenciamento coletivo. A Assembleia acena com a possibilidade de instalar a CPI dos planos.

» **Brasília** - O movimento denominado "Alerta Médico" suspendeu o atendimento aos planos Sul América e ainda não chegou a um acordo, apesar de várias reuniões com a seguradora.

» **Ceará** - Os médicos decidiram suspender o atendimento ao Bradesco e à Sul América a partir de 1.º de maio. A Unimed, Cassi e Camed receberam prazo para negociar.

» **Espírito Santo** - A Unimed se dispôs a implantar a CBHPM sem valores da UCO, desde que as negociações sejam realizadas de forma individual com os cooperados. Encontra-se em andamento uma negociação com a Secretaria Estadual de Saúde, que trabalha com seis cooperativas, para a implantação da CBHPM.

» **Goiás** - Existe um cronograma envolvendo os planos Samed e Geap para implantação da Classificação. O mesmo ocorre com a Unidas, devendo sua implantação final ocorrer no início de 2005.

» **Maranhão** - Além das Unimeds de São Luís e Imperatriz, as entidades médicas do Maranhão conseguiram fazer com que Unidas, Fundo de Saúde do Exército, Amil, Multiclínicas, Long Life e Medplan também assinassem compromisso de adoção da CBHPM. Médicos estão em processo de descredenciamento da Golden Cross, Sul América, Bradesco e Hap Vida.

» **Mato Grosso** – Grande mobilização foi realizada em 22 de abril para esclarecer a população sobre a importância da definição de ato médico e a implantação da Classificação. mobilização abordando Ato Médico e CBHPM, no sentido de esclarecer a população. As negociações com as operadoras estão em curso.

» **Mato Grosso do Sul** - Os ortopedistas suspenderam o atendimento a seis operadoras em dezembro e os urologistas, em março. A partir de maio, caso não haja acordo, outras especialidades também poderão suspender o atendimento.

» **Minas Gerais** – A categoria rejeitou a proposta da Unidas, de adotar a CBHPM com redutor superior a 20%. A partir de maio pode haver suspensão de atendimento e descredenciamento a operadoras que não celebrarem acordo. A próxima assembleia será em 17/05.

» **Pará** - As operadoras Cooperativa Mista dos Rodoviários Federais do Pará e do Amapá, Vida Plena, Top Saúde, Supermercados Líder, Pró-Saúde, Amil e Saúde São Braz, que reúnem 25% dos clientes de planos do Pará, já adotaram a CBHPM. Uma nova assembleia no início de maio vai definir quais as operadoras que deixarão de ser atendidas.

» **Paraíba** – A diretoria recém-eleita da Unimed desenvolve estudos para implantação da CBHPM. A proposta do grupo Unidas, idêntica à formalizada ao Ceará, foi rejeitada. As entidades médicas trabalham junto aos parlamentares no sentido de aprovar projeto de lei garantindo ao CRM o direito de referenciar honorários médicos na relação com as operadoras de saúde.

» **Pernambuco** – Foi publicado no DOE de 28 de abril o decreto do governador Jarbas Vasconcelos regulamentando a Lei nº 12.562, que estabelece os critérios para a fixação dos honorários médicos no sistema de saúde suplementar, com a implantação da nova tabela de procedimentos (CBHPM) em Pernambuco. Até o dia 15 de maio próximo deverá ser instalada uma Câmara Arbitral, com representantes dos médicos, operadoras de saúde, legislativo, executivo e entidades de defesa do consumidor para negociar a nova tabela de preços de consultas e exames. As operadoras estão negociando a questão do reembolso dos planos que tinham sido suspensos.

» **Rio de Janeiro** - Em assembleia, ficou definido que a Central de Convênios deve assumir o compromisso de trabalhar pela implantação da CBHPM em todo o Estado. Os médicos rejeitaram, por unanimidade, a proposta da Unidas, por julgarem que desrespeita a Resolução do CFM que classifica qualquer valor praticado abaixo do estipulado pela CBHPM como vil.

» **Rio Grande do Norte** - A Comissão de Honorários negocia a CBHPM com 24 planos. Nenhum acordo foi fechado até o momento, sendo que existe uma promessa da Unimed de adotar a CBHPM. A luta pela implantação da nova tabela no país alcançou importante vitória com a publicação de lei concedendo ao CRM a edição de lista referencial de honorários médicos a serem pagos pelas operadoras de planos de saúde, a CBHPM.

» **Rio Grande do Sul** - Foi implantada a Central de Convênios do Rio Grande do Sul, que, a partir de agora, dará início às negociações com as operadoras de saúde. Médicos de Bento Gonçalves já decidiram em assembleia que em 60 dias terá de ser implantada a Classificação.

» **Rondônia** - Aguarda posição do grupo Unidas quanto à aceitação da CBHPM. Em relação ao sistema Unimed, foi criada uma Comissão dentro da própria cooperativa com o objetivo de implantar a Classificação.

» **Santa Catarina** - A proposta nacional da Unidas foi rejeitada pela Comissão de Honorários que também já realizou uma série de reuniões com o sistema Unimed, sem, no entanto, obter resultados positivos.

» **São Paulo** - A Comissão Regional de Implantação da CBHPM da Baixada Santista projeta fechar acordo com todas as operadoras a partir de maio. No Vale do Paraíba, foram fechados acordos com a Unimed, podendo ocorrer o mesmo em São José do Rio Preto e Campinas. Os médicos do ABC suspenderam o atendimento e fizeram passeata em 7 de abril e agora pretendem intensificar as negociações com as operadoras de repasse mais baixo.

» **Sergipe** - A AMIC Nordeste assinou acordo para a implantação gradual da Classificação. Em abril terminou a trégua solicitada pelo MP Estadual, Procuradoria do Estado e Procon. Os médicos ameaçam suspender o atendimento às operadoras que não aceitaram a CBHPM.

Mecanismo Normatizador

Pela Resolução n.º 129/2004, publicada no Diário Oficial do Estado em 26 de abril último, o CRM-PR "adota a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, como instrumento normatizador dos atos médicos para o Sistema de Saúde Suplementar, estabelecendo os parâmetros de seus portes como éticos e legítimos, no que concerne à nomenclatura dos procedimentos". Com a legislação, os diretores técnicos das operadoras de saúde, que são médicos e devem estar registrados no Conselho, passam a ter a responsabilidade imediata de implantar a CBHPM. A norma vem com, plementar os termos da Resolução n.º 1.673/03 do CFM.

Confira a íntegra da Resolução, que foi aprovada na reunião Plenária de 8 de março último e que é assinada pelo presidente do Conselho, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, e pela 1.ª Secretária, Raquele Rotta Burkiewicz.

RESOLUÇÃO 129/2004

"O Conselho Regional de Medicina do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto n.º 44.045, de 19 de julho de 1958, e

1 - CONSIDERANDO a Lei n.º 6.839, de 30 de outubro de 1980, que instituiu nos Conselhos Regionais de Medicina a obrigatoriedade do registro das empresas de prestação de serviços médico-hospitalares e a anotação dos profissionais legalmente habilitados;

2 - CONSIDERANDO que os estabelecimentos de saúde mencionados no Decreto n.º 20.931/32 devem ser dirigidos por médicos designados Diretores Técnicos e que devem ser os seus principais responsáveis;

3 - CONSIDERANDO ser atribuição do Conselho Federal de Medicina e dos Conselhos Regionais de Medicina supervisionarem a ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar e trabalhar por todos os meios pelo perfeito desempenho ético da Medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente, conforme determina o artigo 2º da Lei n.º 3.268/57;

4 - CONSIDERANDO as atribuições elencadas no artigo 5.º da mesma Lei 3.268/57;

5 - CONSIDERANDO a Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, que determinou que para a obtenção da autorização de funcionamento expedida pelo órgão responsável as operadoras de planos privados de assistência à saúde devem, entre outros requisitos, comprovar o registro nos Conselhos Regionais de Medicina;

6 - CONSIDERANDO também o que dispõe o inciso LXX, alínea "b", do art.º 5, da Constituição Federal, além do entendimento do Supremo Tribunal Federal no que concerne a legitimidade processual das entidades de classe para representação judicial de seus filiados, expressado no RE n.º 182.543-0, publicado no DJU de 07.04.95;

7 - CONSIDERANDO o teor da Resolução CFM n.º 1.716/2004, especialmente o que dispõe o seu Anexo que fica fazendo parte integrante desta norma;

8 - CONSIDERANDO que a atualização de novos procedimentos médicos reconhecidos cientificamente trará maiores benefícios ao cidadão;

9 - CONSIDERANDO ser de competência do CRM-PR, estabelecer parâmetros dos atos realizados por médicos em sua jurisdição, levando em conta as peculiaridades das especialidades;

10 - Considerando a necessidade de instrumento de valoração dos atos médicos;

11 - CONSIDERANDO o teor da Resolução CFM n.º 1.673/2004;

12 - CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária realizada no dia 08 de março de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º - Adotar a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM, como instrumento normatizador dos atos médicos para o Sistema de Saúde Suplementar, estabelecendo os parâmetros de seus portes como éticos e legítimos, no que concerne à nomenclatura dos procedimentos.

Art. 2º - Os diretores técnicos das operadoras de saúde, têm a responsabilidade de proceder a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM - a partir da data da publicação desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Em fase conclusiva a luta para implantar rol de procedimentos

O Movimento Nacional pela Dignidade Médica enraizou-se por todo o país, estabelecendo o processo crescente de adesão das operadoras de planos e seguros saúde à Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos. A Agência Nacional de Saúde Suplementar já criou um grupo de trabalho que terá dois meses para avaliar as repercussões da implantação da CBHPM na área de saúde supletiva. As Diretorias de Fiscalização, Produtos, Operadoras e Desenvolvimento Setorial da ANS vêm sendo municiados com dados técnicos reunidos pelas entidades médicas e também pela operadoras. Em caráter imediato, a ANS vem atuando para intermediar negociações entre prestadores de serviços e operadoras em regiões onde atendimentos estão suspensos.

No Paraná, prevalecendo a decisão soberana de assembléia geral dos médicos, a recomen-

dação é de atendimento aos usuários das operadoras de saúde mediante cobrança para reembolso, a partir de maio. Caso as negociações não avancem, há a possibilidade de ser solicitado descredenciamento em massa. Também foram estabelecidos prazos para que a Classificação seja acolhida pelas demais operadoras, como de auto-gestão, medicina de grupo e cooperativas. A Unimed acena com a possibilidade de acolher a aplicação da CBHPM no que se refere aos atos médicos e de discutir os valores dos demais procedimentos.

Na esfera política, as entidades médicas paranaenses também estão envidando esforços para aprovação de uma lei que consolide a Classificação como referencial de honorários à saúde suplementar, o que viria ratificar os termos da Resolução n.º 129/04 do CRM-PR, recém-publicada. Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Pernambuco já contam

com legislação nesse sentido, enquanto Bahia, Sergipe e São Paulo já contam com projetos de lei aguardando aprovação.

Ampla divulgação

Para sensibilizar os profissionais a se engajarem na Mobilização pela Dignidade Médica e, ao mesmo tempo, esclarecer a sociedade sobre a relevância da implantação da CBHPM na área de saúde suplementar, as entidades médicas paranaenses vêm utilizando de todos os recursos de comunicação disponíveis.

Com a cooperação das entidades nacionais, foram expostos *outdoors* (veja nesta página) no Estado chamando a atenção para a legitimidade do movimento. A impressão e distribuição de cartazes do "SOS", malas diretas, ações de telemarketing, notícias através da mídia impressa e eletrônica e divulgação nos veículos institucionais, como o *Jornal do CRM*, o *Jam* e os sites na internet. Tudo faz parte da estratégia de divulgação do Conselho de Medicina, Associação Médica do Paraná, Simepar, Academia Paranaense de Medicina, Sociedades de Especialidades e Federação dos Hospitais (Fehospar).



Atenção

Com a Mobilização Nacional pela Dignidade Médica, os profissionais devem estar atentos aos preceitos do Código de Ética, em especial ao Capítulo I, dos "Princípios Fundamentais" (Art. 15), e também ao Capítulo VII, das "Relações entre Médicos" (confira o quadro).

Do Código de Ética Médica

Art. 15 – Deve o médico ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja por remuneração condigna, seja por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Medicina e o seu aprimoramento técnico.

É vedado ao médico:

Art. 77 – Assumir emprego, cargo ou função, sucedendo a médico demitido ou afastado em represália a atitude de defesa de movimentos legítimos da categoria ou da aplicação do Código.

Art. 78 – Posicionar-se contrariamente a movimentos legítimos da categoria médica, com a finalidade de obter vantagens.

Art. 80 – Praticar concorrência desleal com outro médico.



A assembléia geral extraordinária dos médicos foi realizada na sede da AMP, em Curitiba, na noite de 15 de abril (foto superior). Na oportunidade, cerca de 500 médicos ratificaram a posição de irreversibilidade na adoção da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos como referencial remuneratório. A Comissão Estadual de Honorários Médicos referendou a decisão da plenária de atendimento a usuários dos seguros-saúde através do sistema de reembolso, a partir de 1.º de maio, e de fixação de prazo para concluir negociações com as operadoras de outras modalidades de planos de saúde. Antes, em 9 de março, a Boca Maldita, no centro de Curitiba, foi palco do Dia da Mobilização. Também perto de 500 médicos participaram do ato organizado pelas entidades médicas representativas e as sociedades de especialidades. Foram distribuídos panfletos esclarecendo a população sobre os motivos do movimento. A fala dos dirigentes das entidades foi precedida da soltura de balões.

